

*Nova* História  
de Santa Maria:  
CONTRIBUIÇÕES RECENTES



Beatriz Teixeira Weber e José Iran Ribeiro  
(Organizadores)

Mesa Diretora - Gestão 2010  
Presidente: Paulo Airton Denardin  
Vice-presidente: Admar Pozzobon  
1º secretário: Helen Cabral  
2º secretário: Maria de Lourdes Castro

Composição da Legislatura 2009/2012  
Admar Pozzobon, Jorge Ricardo Xavier, João Carlos Maciel,  
Tubias Calil, Maria de Lourdes Castro, Sérgio Cechin, Sandra Rebelato,  
Paulo Airton Denardin, Helen Cabral, Jorge Trindade, Marion Mortari,  
Luis Carlos Avila da Silva, Manoel Teles Badke, Werner Rempel

Direitos de reprodução reservados à  
Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria/RS

Capa e Editoração Gráfica: Marta R. Tonetto

Impressão: Gráfica Editora Pallotti

N935 Nova história de Santa Maria : contribuições recentes /  
organizadores Beatriz Teixeira Weber, José Iran  
Ribeiro – Santa Maria : [s.n.], 2010.

536 p.

1. História - Santa Maria I. Weber, Beatriz  
Teixeira II Ribeiro, José Iran

CDU 94(816.5) SANTA MARIA

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Eunice de Olivera – CRB 10/1491

## FRAGMENTOS DE CONSTRUÇÕES E LUTAS DE CLASSES NA DÉCADA DE 1930: SANTA MARIA NO CONTEXTO NACIONAL\*

Diorge Alceno Konrad\*\*

Não há dúvida que uma literatura, principalmente uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região: mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço  
(Machado de Assis).

Em 1932, em pleno processo de “nacionalização do Rio Grande do Sul”, ou “gauchização do Brasil”, como defendiam alguns dos integrantes do “Governo Provisório”, e antes do Movimento de São Paulo, uma obra foi publicada no Rio de Janeiro. Afirmava que o Brasil era um vasto cenário, grande demais para manter a uniformidade. Diante desse quadro, o Rio Grande do Sul e o gaúcho eram casos à parte na comunhão brasileira, porque não tinha nada tão dissemelhante entre a região Sul e a região Norte do país. Sendo natural, portanto, que essas zonas fossem trabalhadas por forças que tendiam a uma ação centrípeta, enquanto outras tendiam para uma ação centrífuga, umas tendiam à estabilização e outras a desagregação.

Para o autor, faltava ainda no Brasil uma “unidade de raça” e uma “alma nacional”, sendo que muitos trabalhavam “contra o ideal de uma Pátria grande”, através de diretrizes regionais quase desorientadas nas quais se apresentavam “os interesses individuais superpostos ao interesse da coletividade”. Tais antinomias geravam interesses contrários diante de uma “má política”, que agia em sentido negativo e que os alimentava, derivando consequências e orientações diversas que se chocavam: quer se encarasse “a questão em torno da periferia” (onde os contrastes seriam mais chocantes); quer se considerasse “o centro em relação aos pontos extremos do país”. As razões disso eram porque o meio se impunha “pelo imperativo das suas possibilidades”, asfixiando

---

\* Este artigo contém argumentos e partes da tese de doutorado *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*, defendida na UNICAMP, em 2004, e da dissertação de mestrado *1935: a ANL no Rio Grande do Sul* defendida na PUC-RS, em 1994, e foi publicado originalmente em: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran (Orgs.). *Nova História de Santa Maria: Contribuições Recentes*. Santa Maria - RS: Câmara de Vereadores de Santa Maria/Palotti, 2010, p. 351-406.

\*\* Professor Associado do Departamento de História da UFSM, Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP. Correio Eletrônico: gdkonrad@uol.com.br

“as manifestações extemporâneas”. Dessa forma, a maioria que quisesse contrariar essas tendências do meio seria vencida, pois só as “personalidades de grande valor” poderiam se contrapuser a ele.

Por isso, continuava justificando o escritor, havia no país uma “tendência marcada para o regionalismo”, principalmente nos estados. E entre eles, um segurava uma “bandeira do regionalismo vitorioso”: o Rio Grande do Sul. Era um estado cujo terreno fora “preparado para tal cultura”, pois “longe do centro” não recebia influência que contrariasse aquilo que advinha do “trato diário” e da “influência platina” de uma “fronteira com uma fisionomia especial”, cujo “progresso pastoril” nada deveu ao centro do país. Tudo isso também formou um “homem regional” identificado com o meio, cujo “pampa fez o gaúcho à sua feição”.

Assim, se não se tinha ainda no Brasil uma “alma nacional”, se tinha no Rio Grande do Sul uma “alma rio-grandense”. A prática política mostrava “claramente essa asserção”, pois o Rio Grande era o único estado que tinha partidos organizados em histórico antagonismo – que lutavam nas urnas nos dias de paz e pelejavam nas coxilhas nos dias de guerra. Mas quando os ódios pareciam mais acirrados, surgia em cena uma frente única, não havendo mais republicanos ou libertadores, mas apenas rio-grandenses. Por isso, se “condenados na capital do país”, os gaúchos recuariam para a fronteira de seu estado, lá continuando o “trabalho de patriotismo”, cultuando o que era seu.

Porém, advertia e pedia a Deus o arguto escritor, que não se confundisse o regionalismo com o separatismo. Para o autor, em nenhum lugar do país se amava mais o Brasil do que no Rio Grande, pois o próprio enfrentamento com o inimigo e o esforço do Brasil para conservar o estado na “comunhão nacional” gerou um “amor profundo à pátria”.

Diante desse amor profundo, o que mais aborrecia o gaúcho era o afastamento que o colocava longe do centro do país, fator este que desaparecia cada vez mais, pois nos últimos tempos o Rio Grande desenvolvia “extraordinariamente o seu espírito de brasilidade”. Tudo isso sob o prisma da política gerada por Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Assis Brasil, Raul Pilla e outros. Portanto, o Brasil podia

confiar no Rio Grande, “uma sentinela vigilante” que saberia morrer com honra no posto para “defender a integridade nacional”.<sup>1</sup>

Para o coronel Álvaro de Alencastre, autor das passagens acima, o regionalismo era o produtor da riqueza nacional. Portanto, a capital federal mesmo sendo um “centro cultural por excelência” e que tendia a ter uma “ação impositiva de suas orientações”, deveria reconhecer outros centros de igual dinamismo por todo o país. Da mesma forma como os regionalistas aceitavam a capital federal como um “grande campo de experimentação e de trabalho” e aceitavam “o quadro geral do país com todos os cenários” que formavam a brasilidade.<sup>2</sup>

Para o autor, o regionalismo era um bem, pois não tinha um estado sequer que não fosse regionalista sem advir inconveniente para a “comunhão nacional”. Assim, Alencastre dava dois sentidos para o regionalismo: afirmação da “brasilidade” por um lado e um método de interpretação do Brasil por outro.

Tomado por uma subjetividade conservadora, própria da classe dominante do estado que controlava o poder político nacional e precisava afirmar a sua visão de mundo, uma visão regional que se pretendia como nacional, acima das lutas de classes. Marcado pela predominância de uma vertente positiva que naturalizava uma “alma gaúcha”, cujo meio de fronteira marcava a compleição formadora do “espírito gaúcho”, o autor valorizava essa diferença, bem como características de paulistas, pernambucanos e outros, a fim de afirmar que todos eram “genuinamente brasileiros”. Para ele o regionalismo era a “forma mais precisa, mais real de nacionalismo”, expressa não só na vida das cidades e da capital federal como queriam alguns.<sup>3</sup>

O que Alencastre omitia era que o seu regionalismo expressava uma defesa política da nova correlação de forças construída a partir do Movimento de 1930, em nome da Nação e que ainda estava ameaçada, marcada por uma concepção localista e

---

<sup>1</sup>. Ver ALENCASTRE, Álvaro de. *O Regionalismo no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1932, p. 9-50.

<sup>2</sup>. Idem, *ibidem*, p. 53-64.

<sup>3</sup>. Idem, *ibidem*, p. 67-73. Essa leitura entre o nacional (Brasil) e o regional (Rio Grande do Sul) com uma posição singular devido principalmente às características geográficas do estado, hegemônica na maioria da literatura gaúcha, foi abordado de forma crítica pelo antropólogo Ruben George Oliven no capítulo “O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação contraditória”. O autor afirma que essas análises tradicionais e da historiografia regional, através de um longo processo de elaboração cultural, acabam “adquirindo uma força quase mítica que as projeta até nossos dias e as fazem informar a ação e criar práticas no presente”, tendendo “a representar seu habitante através de um único tipo social: o gaúcho”. Cf. *A parte e o todo: a diversidade cultural do Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 47-68, especialmente p. 49-50.

ideológica de um segmento social como se fosse a única forma de conceber e viver o mundo: o tradicionalismo.<sup>4</sup>

O que Alencastre não percebia claramente era que com o Movimento de 1930, antigas formas de domínio político e espacial, vistas pelo autor como regionais, cada vez mais se rearticulavam no processo e na forma de desenvolvimento capitalista no Brasil. Esse processo se dava de forma desigual e combinada, no quadro da divisão internacional do trabalho. Seu *regionalismo* apenas expressava uma ideologia de manutenção de uma ordem que priorizava a modernização das relações capitalistas com práticas corporativas, pressupondo a cooperação de classes no lugar da revolução social e privilegiando a permanência no lugar das mudanças políticas e sociais.<sup>5</sup>

Alencastre representava uma corrente hegemônica de escritores do Rio Grande do Sul ancorada nas teses da formação lusitana do estado, apesar de reconhecer as influências platinas, contribuindo para a unidade nacional na luta de fronteira para a conquista de território. Essa concepção, expressada majoritariamente no Instituto Histórico e Geográfico estadual na década de 1930, tinha em Moysés Vellinho um dos seus maiores expoentes. Crítico do “saudosismo romântico dos regionalistas”, e dos “filiados ao partido desencantado e melancólico” que acreditava no passado e desconfiava do presente, como aponta Guilhermino César no prefácio de *Fronteira*, Vellinho foi a representação maior na historiografia da classe dominante gaúcha.

Nessa leitura, a especificidade do Rio Grande do Sul não expressava um isolamento, mas parte integrante de algo que deveria se afirmar: a nacionalidade. Essa unidade entre “identidade gaúcha” e “identidade nacional” era tão forte para Vellinho que em *Fronteira* o autor chegou a colocar uma epígrafe de Pandiá Calógeras, onde se afirmava: “o Rio Grande é a marca do Brasil”.

E seu território, desde os tempos coloniais, era uma “região desde muito cobiçada, mas sem dono efetivo”. Assim, para Vellinho, quando o interesse colonial por essas terras se tornou concreto, principalmente no século XVIII, também se iniciaram os

---

<sup>4</sup>. Sobre o tradicionalismo como uma ideologia, portanto como um dos componentes da luta de classes no Rio Grande do Sul, ver GOLIN, Tau. *A ideologia do gauchismo*. 3 ed, Porto Alegre: Tchê, 1983, particularmente capítulos I e II.

<sup>5</sup>. Ver a importante discussão levantada por Rosa Maria Godoy Silveira no artigo Região e história: questão de método, quando trata da abordagem gramsciana de Alan Lipietz em torno das relações de espaço e poder e da análise de Vladimir I. Lênin a partir das desarticulações/rearticulações do espaço na lógica capitalista. In. SILVA, Marcos A. da (org.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 17-42, especialmente p. 32-5. Sandra Pesavento explica que essa visão “extirpa o conflito do contexto histórico regional bem como as diferenças sociais”, onde “os fatores de atrito são projetados para o exterior, ou seja, para fora do Rio Grande”. Ver História regional e transformação social. In. Idem, p. 67-79, particularmente p. 75.



movimentos de “integração do território”. Estes foram calcados nas lutas de fronteira e no combate ao inimigo espanhol, a fim de “lançar os alicerces do Continente de São Pedro”, futura capitania, depois província e finalmente estado.<sup>6</sup>

Essa argumentação consolidou uma linha historiográfica que expressava, e ainda expressa, uma visão política de uma classe organizada historicamente numa formação social agropastoril e latifundiária. Esta, ao transitar para o capitalismo, naturalizou essa base histórica transformando-a em explicação complacente e *ad infinitum* de uma identidade regional que se pretende nacional e que explica a violência existente no Rio Grande do Sul como consequência da fronteira.<sup>7</sup>

Aqui, a base teórica-metodológica do ensaio é a busca do questionamento dessa noção de região<sup>8</sup> e de uma história regional que “integra” o Rio Grande do Sul (e Santa Maria) ao Brasil, porque necessita manter formas seculares de domínio político. Por isso, as articulações de especificidades e complementaridades regionais - as quais são vistas tradicionalmente como isoladas – se condicionam mutuamente no sentido de explicitar as contradições pontuais entre as frações das classes entre 1930 e 1937. Essa visão, articulada a um contexto mais amplo, busca explicitar a estratégia “integracionista” que esconde o seu conteúdo principal: mascarar a contenda entre essas classes e isolar o conjunto dos movimentos sociais e políticos que se organizavam para mudanças que ultrapassariam os limites reformistas liderados pelo projeto republicano do Movimento de 1930.

---

<sup>6</sup>. Ver o capítulo “O Continente de São Pedro amanhece”, em VELLINHO, Moysés. *Fronteira*, Porto Alegre: Globo/Ed. da UFRGS, 1975, p. 1-51. Na introdução de outra obra do autor, *Capitania d’El Rey*, é explícita a intenção de se contrapor às teses que insistiam em ver o Rio Grande do Sul “como um corpo mais ou menos estranho ou estranho de todo ao complexo luso-brasileiro”. Ver a 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1970, p. 3-17.

<sup>7</sup>. Sobre a campanha gaúcha concebida como região e como forma histórica de construção de uma identidade regional (ideológico-cultural e de representatividade política) pelos grandes proprietários agropastoris, os quais tem a região como base territorial da sua reprodução como classe, ver COSTA, Rogério Haesbaert da. *Latifúndio e identidade regional*. Série Documenta, n. 25, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

<sup>8</sup>. Janaína Amado há certo tempo já nos mostrou que o conceito de “região”, em sua concepção determinista e naturalista tem sido superado, principalmente pelos geógrafos, porque “este conceito de região é incapaz de aprender a historicidade e as contradições sociais que impregnam um determinado espaço”. Cf. “História e região: reconhecendo e construindo espaços”. In. SILVA, Marcos A. da (org.), op. cit., 1990, p. 7-15. Reafirmo estas considerações da autora, porque parto do princípio de que não existe espaço físico que não seja espaço social.

Dessa forma, como entende Eric Hobsbawm, teremos menos risco de cair “na tentação de isolar o fenômeno da crise manifesta do contexto mais amplo de uma sociedade em transformação”.<sup>9</sup>

A intenção é romper concretamente com os “centros definidores de sentido” reivindicados por Petersen,<sup>10</sup> os quais procuram classificar a priori uma história como regional ou nacional, cruzando fronteiras e transcendendo qualquer estudo de caso, fazendo o que vamos chamar de complementaridade contraditória.

Até porque no período recortado para o estudo se evidencia que a hegemonia do centro político ou social do país estava em disputa entre as classes sociais e entre os projetos políticos regionais e que a correlação de força colocava limites e possibilidades abertas para os agentes concretos em luta. É por isso que o Golpe de 1937 não estava dado em 1930, como uma leitura apressada poderia induzir.

## **1. Lutas, Rearranjos e Repressão ao Comunismo na Consolidação do Poder Político Pós-1930**

Com a vitória do Movimento de 1930, em 24 de outubro, além de Washington Luiz, foram presos imediatamente Mello Vianna, diversos senadores, o ministro da Guerra e o ministro da Justiça Augusto Vianna de Castello.<sup>11</sup> Octávio Brandão, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB), que estava detido na Casa de Correção, no Rio de Janeiro, conta que, nesse dia, a Polícia Central foi assaltada e invadida pela população carioca, que libertou os presos políticos, mas os agentes da polícia política conseguiram fugir.<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup>. Hobsbawm alerta para esse perigo em estudos comparativos. Cf. “Da história social à história das sociedades”. In. *Sobre história*. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 83-105, particularmente p. 101-2.

<sup>10</sup>. Cf. esse debate em PETERSEN, Sílvia. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In. ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 85-103, especialmente p. 86-8.

<sup>11</sup>. Sival Saldanha, que havia assumido o governo do Rio Grande do Sul provisoriamente, telegrafou para Getúlio, que se encontrava no dia da vitória em Ponta Grossa, no Paraná, informando sobre a tomada do Catete pelo general Tasso Fragoso e a Junta Provisória, e avisando que a polícia já tomava conta da capital. Fundo Documentação dos Governantes, Série Documentos dos Governantes, Subsérie Correspondência Expedida, telegramas para outros estados, 1930, Maço 91, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS).

<sup>12</sup>. Segundo afirma Jarbas Medeiros em *Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945*, Alceu Amoroso Lima escondeu Pedro de Oliveira Ribeiro Sobrinho, o último e temido chefe de polícia de Washington Luiz. Brandão conta ainda que, no mesmo dia de sua liberdade, na noite do dia 24, foram para o Centro Cosmopolita, na Rua do Senado. Logo depois, a polícia assaltou a sede do sindicato e prendeu todos que ali encontrou. Assim, relatou o velho líder comunista, “no mesmo dia da ‘vitória’, a pretensa ‘revolução’ começou prendendo e perseguindo os trabalhadores. Brandão foi solto no mesmo dia. No dia seguinte,



Nos dias seguintes, a Junta Governativa, que só passaria o poder a Vargas, em 3 de novembro, prenderia vários outros ministros, policiais e políticos do Congresso.<sup>13</sup> Muitos foram para os consulados, legações e embaixadas, os quais acabaram ficando superlotados entre o final de outubro e o início de novembro. Enquanto o novo governo estudava o fornecimento de salvo-condutos para a saída do país, alguns embaixadores estrangeiros chegaram a abrigar pessoas em suas residências.<sup>14</sup>

No Rio de Janeiro, a multidão incendiou os jornais governistas *A Noite*, *A Gazeta*, *A Crítica*, *A Notícia* e *O Paiz*, e invadiu o Catete, içando a bandeira nacional e a rio-grandense, juntamente com outra vermelha. Em Porto Alegre, e em várias cidades do interior, a população saiu em massa pelas ruas, sendo que vários ficaram feridos a tiros, enquanto que o comércio fechou as portas em diversos lugares. Em Santa Maria, repicaram-se os sinos, soltaram-se foguetes, disparou-se para o ar milhares de tiros, enquanto que as fábricas apitaram e os ferroviários realizaram uma manifestação coletiva de apoio à vitória da “revolução”.<sup>15</sup> A cidade tivera um papel militar fundamental para o sucesso do Movimento de 1930, principalmente através do deslocamento das tropas para São Paulo pela via férrea.<sup>16</sup>

Entre os novos presos, não estariam apenas os detentores do poder no pré-1930, mas também aqueles que lutaram contra esse poder, contribuíram para a sua derrocada, inclusive, não sendo “revolucionários de última hora”, como os socialistas, comunistas e anarquistas.

---

outro comício, na Praça Mauá, foi dissolvido pela cavalaria “a sabre e pata de cavalo”. Brandão foi preso novamente, pela Chefia de Polícia interina de Bertoldo Klinger. Cf. BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas. Memórias - 1º Volume*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 395-6.

<sup>13</sup>. Octávio Brandão conta que alguns policiais do governo anterior foram parar no mesmo lugar que ele: a Casa de Detenção. Mas logo foram soltos. Enquanto isso, ele e Minervino de Oliveira, outro líder do BOC e do PCB e que havia sido candidato à Presidência em 1930, continuaram presos. Brandão só foi libertado em 07/02/1931, após 105 dias de prisão. Voltaria depois para a prisão, para daí ser deportado, em 18/06/1931, com destino a Bremen, na Alemanha. De lá foi para a URSS, ficando 15 anos no exílio. Cf. idem, ibidem, p. 398, 400 e 405-6. Sobre a prisão de Brandão, Minervino e outros, na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, além dos presos na Casa de Correção e no Regimento de Cavalaria Divisionária, no Rio de Janeiro, ver “Os presos políticos – São poucos os que ainda se acham detidos”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 23/11/1930, p. 1, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC/RS).

<sup>14</sup>. “Os foragidos”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/11/1930, p. 1, MCSHJC/RS.

<sup>15</sup>. O *Diário de Notícias* de 25 de outubro de 1930, praticamente foi todo voltado para a chegada ao poder dos integrantes da Aliança Liberal. Ver especialmente p. 1 e 3-6. Um telegrama de Ponta Grossa, Paraná, para Waldemar Ripoll, diretor da Repartição dos Telégrafos de Porto Alegre, informou que a polícia do Palácio do Catete resistiu duas horas, antes de Washington Luiz ser preso. Cf. “A polícia do Catete resistiu por duas horas”. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 24/10/1930, p. 1, MCSHJC/RS. Waldemar Ripoll, desde o dia 6 de outubro, já havia estabelecido rigorosa censura telegráfica para todas as estações do Rio Grande do Sul. Ver “Rigorosa censura telegráfica”. Idem, 07/10/1930, p. 6.

<sup>16</sup> Santa Maria era o principal entroncamento ferroviário do Rio Grande do Sul, sendo que boa parte do transporte comercial e militar oriundo do Sul e do Oeste do estado passava pela cidade.

Logo que o governo anunciou as medidas de repressão ao comunismo, não só parcelas da imprensa o apoiaram, mas também muitos setores da população. Um exemplo foi o telegrama enviado de Santa Maria, em 16 de novembro de 1930, em nome de todas as classes sociais da cidade, contra o comunismo: “(...) Nós santamarienses, essencialmente liberais, vimos (...) hipotecar a nossa inconfundível solidariedade contra a propaganda comunista que, infelizmente, se pretende infiltrar em certos estados do nosso país, hoje liberto e glorificado sob sua direção (...).<sup>17</sup> Durante todo o período, as medidas de repressão ao comunismo, contariam com apoio de populares, mas também estes sofreriam com ela.

No Rio de Janeiro, Batista Luzardo, efetivado na Chefia de Polícia do Distrito Federal, “convidara” jornalistas, em 9 de fevereiro de 1931, dizendo que não era a favor da censura, mas fazia um apelo para que a imprensa agisse com “bom senso e patriotismo”.<sup>18</sup> Um mês depois, os juízes do Tribunal Especial pediram demissão coletiva.<sup>19</sup> Como resultado, o nome do Tribunal foi mudado para Junta das Sanções, sendo instalada em 6 de abril, no Rio de Janeiro. Parte do aparato repressivo aos setores das classes dominantes enfraquecia.<sup>20</sup> enquanto se fortalecia a repressão ao comunismo e a imprensa.

Em abril de 1931 as prisões dos integrantes do PCB aumentaram consideravelmente. Logo depois, a orientação federal de reprimir o comunismo começava a se fazer sentir no Rio Grande do Sul. No final do mês, foram presos pelo delegado Adello Castilhos, em Santa Maria, Felipe Garcia e Balbino Ojeda, que os acusou de serem comunistas. Ao mesmo tempo, o delegado iniciava rigorosa investigação sobre os estrangeiros residentes ou de passagem pela cidade, prendendo muitos deles.<sup>21</sup>

A vigilância policial continuava constante. Florêncio de Abreu, chefe de polícia do Rio Grande do Sul, enviou telegrama para Flores da Cunha, comentando uma carta recebida do 4º delegado auxiliar Salgado Filho e futuro ministro do Trabalho, vinda do

---

<sup>17</sup>. Cf. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19/11/1930, p. 3, MCSHJC/RS.

<sup>18</sup>. “Reunindo os jornalistas”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/02/1931, p. 1, MCSHJC/RS.

<sup>19</sup>. “Inesperadamente pediram, ontem, demissão coletiva os membros do Tribunal Especial Revolucionário”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/03/1931, p. 1, MCSHJC/RS. O motivo alegado foi a interferência dos procuradores federais nos processos do Tribunal.

<sup>20</sup>. Nessa conjuntura, no Rio Grande do Sul, durante o Congresso do PL, o Partido tirou uma moção solicitando ao governo federal o fim da Junta de Sanções, sendo encaminhados à justiça comum os processos submetidos a ela. Ver a íntegra dessa moção em “O Segundo Congresso do PL”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/04/1931, p. 7, MCSHJC/RS.

<sup>21</sup>. “Propaganda comunista”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/05/1931, p. 12, MCSHJC/RS.

Rio de Janeiro, orientando para medidas repressivas. Comunicou ao interventor que havia determinado aos delegados de Santa Maria e Cruz Alta, que se um tal de Miguel Raicher regressasse de Buenos Aires, o mantivessem “sob severa vigilância” com informações sobre os seus passos.<sup>22</sup>

No início de 1932, o Governo Provisório de Vargas se mantinha no poder e descontentava parte daqueles que o apoiaram em 1930. Liderados por São Paulo, os liberais conservadores argumentavam pela reconstitucionalização do Brasil e, aproveitando o empastelamento do *Diário Carioca*, feito pelos “tenentes” no início do 1930, abrem crise política no seio do governo federal. Lindolfo Collor (ministro do Trabalho) e Batista Luzardo saem dos seus cargos, enquanto João Neves da Fontoura, Borges de Medeiros, Raul Pilla e outros apoiadores de 1930 rompem com Vargas. Inicia-se a construção do Movimento conservador conhecido como Revolta Paulista ou Constitucionalista, que eclodirá em 9 de julho.

No Rio de Janeiro, a polícia passou a fornecer salvo-condutos para viagens pelo país, enquanto procurava-se manter a ordem de todas as formas.<sup>23</sup> João Alberto, o novo chefe de polícia do Distrito Federal, só suspenderia a obrigatoriedade dos salvo-condutos em 5 de novembro. No Rio Grande do Sul, a Chefia de Polícia instituiu os salvo-condutos em 28 de Julho, avisando a todas as companhias e empresas de transportes aéreos, terrestres ou marítimos, que nenhum passageiro podia viajar sem o documento fornecido pela polícia. Somente em Santa Maria, de 24 de julho a 11 de outubro, a polícia forneceu 1875 salvo-condutos, visou 1879 e concedeu 822 portarias de livre-trânsito para os que se destinavam para fora da cidade.<sup>24</sup>

Em agosto, ainda durante a Revolta Paulista, a Chefia de Polícia gaúcha, agora comandada pelo coronel Agenor Ramiro Barcellos Feio, iniciou uma política de desarmamento da população. Um dos primeiros delegados a implementar a medida foi Adalardo Soares de Freitas, que também havia assumido a prefeitura de Santa Maria, realizando uma rigorosa busca na cidade. Durante o Movimento Paulista, o delegado Adalardo foi importante elo entre a interventoria estadual e o centro-sul do estado, remetendo constantes informações sigilosas, através de códigos secretos. Em Santa Maria, Walter Jobim era constantemente vigiado devido a sua liderança no Partido

---

<sup>22</sup>. Fundo Secretaria de Segurança Pública, Série Polícia - Documentação Avulsa, Sub-Série Chefatura de Polícia - Correspondência Expedida - Porto Alegre, despacho de Porto Alegre, 09/06/1931, Maço 41, Caixa 21, AHRGS.

<sup>23</sup>. Cf. “Uma ordem da Chefia de Polícia”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/07/1932, p. 10.

<sup>24</sup> Cf. *Correio do Povo*, 16/10/1932, p. 24, MCSHJC/RS

Libertador (PL) e por ter informações sobre os contatos entre os movimentos armados existentes nas regiões Centro, Sul e a Campanha do Rio Grande do Sul. Em um telegrama cifrado a Flores da Cunha, o capitão Adalardo informou, medindo as palavras, sobre possíveis problemas diante de um aliado de última hora:

Comunico Vossencia, devidos fins, fui informado de que Ângelo Obino, residente Dilermando de Aguiar, era revolucionário extremado, tendo compromissos com Dr. Walter Jobim. Depois minha chegada aqui referido Sr. reconhecendo governo Vossencia estar forte, resolveu telegrafar-vos hipotecando solidariedade. Sei que Vossencia, diante formal compromisso mesmo assumira, aceitou seus préstimos, encarregando-o estabelecer ligações coronel Pedroso com nossos amigos São Pedro. Vista exposto, rogo Vossencia, quando necessitar transmitir ordens Dilermando de Aguiar, utilizar-se Maurício, delegado pessoal inteira confiança. Peço permissão lembrar Vossencia minha atitude presente caso é tão somente prevenir alguma deslealdade referido Sr., dado que poucos dias antes minha chegada aqui, era extremado propagandista Revolução São Paulo (...).<sup>25</sup>

Na verdade, a Chefia de Polícia apenas continuou com a orientação de perseguição política.<sup>26</sup> Os livros de registro da entrada de presos na Casa de Correção de Porto Alegre demonstram que, após agosto de 1932, elevou-se razoavelmente a entrada de presos políticos, assim como de “elementos prejudiciais à ordem pública”. Outros eram identificados simplesmente como comunistas. Entre eles, estavam operários, caldeireiros, mecânicos, ferroviários, pedreiros, marceneiros, serralheiros, fundidores, carpinteiros, barbeiros, alfaiates, funcionários públicos, estudantes, choferes, trabalhadores do comércio, agricultores, criadores, jornalistas, médicos, advogados e

---

<sup>25</sup>. Como exemplo desse cifrado, podemos citar algumas partes, no telegrama traduzido pela interventoria estadual: JESRFLHYEL - Ângelo Obino; RZJZROL FTMYLEJZYL RVCZRAJNL - era revolucionário extremado; NZOJFCRZPLHYA - Walter Jobim (...). Fundo Secretaria de Segurança Pública, Série Polícia - Documentação Avulsa, Subsérie Localidade, Correspondência Expedida de Santa Maria, 02/09/1932, Maço 28, AHRGS.

<sup>26</sup>. Em 5 de novembro, o jornal *Frente Única*, de Livramento, provavelmente editado em Rivera, dirigido por Benjamin Soares Cabello, denunciava as prisões de Mário Beck, em Santa Maria, de Raimundo Gonçalves Vianna, em Porto Alegre, do jornalista Clarimundo Flores (futuro criador do jornal *A Razão*, em Santa Maria) em Uruguaiana e do jornalista Antônio Soares Cabello, chefe do PL de Livramento. O jornal perguntava se era assim que Flores da Cunha respeitava as garantias oferecidas, denunciando os miseráveis que o interventor chefiava, pretendendo “meter na cadeia todos os rio-grandenses de brio”. Cf. *Frente Única*, ano I, n. 23, Livramento, 05/11/1932, p. 3-4. In. Fundo Arquivos Particulares - Sinval Saldanha/Borges de Medeiros, Série Recortes de Jornais, Caixa 07, AHRGS. Clarimundo, mesmo sendo primo de Flores da Cunha foi brutalmente espancado.

dentistas. Alguns deles, por serem estrangeiros, aparecem como seu destino: deportado. Para outros, contava a observação: incomunicável. Após janeiro de 1933, elevou-se extraordinariamente a entrada de presos políticos na Casa de Correção de Porto Alegre, sobretudo daqueles acusados de comunismo.<sup>27</sup>

A polícia gaúcha e as autoridades municipais, com o prolongamento do conflito em São Paulo e no resto do País, passaram a “recrutar” desocupados, pelas cidades do interior, a fim de lutarem contra os “paulistas”.



Lindolfo Collor, integrante de uma coluna revolucionária, no interior do Rio Grande do Sul em 1932 (In. CPDOC/LC foto 054).

Borges de Medeiros, Luzardo, Collor e outros líderes republicanos e libertadores do Rio Grande do Sul posicionaram-se politicamente ao lado dos paulistas. Ao pegar em armas no território rio-grandense, chamaram para si boa parte da repressão das tropas federais, da Brigada Militar e da polícia comandada pelo coronel Feio.<sup>28</sup> Em 26 de agosto, Flores cedeu poderes ao seu irmão, o coronel Francisco Flores da Cunha (chamado de Chico Flores), e para Sinval Saldanha deslocarem-se para a região de Santa Maria, onde encontrava-se Borges de Medeiros e cerca de trinta apoiadores do Movimento de São Paulo, a fim de demovê-los da ação armada. Prometia aos que depusessem as armas todas as garantias, a anistia plena e a liberdade de todos os presos políticos detidos em Porto Alegre, em outros pontos do Rio Grande do Sul ou no Rio de Janeiro, onde haviam gaúchos presos.<sup>29</sup> A rendição não foi aceita.<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup>. Entre 1932 e 1935, passaram pela Casa de Correção, vindos das mais variadas cidades do Rio Grande do Sul, entre outros, os seguintes presos políticos: Clarimundo Flores, Mário Couto (preso 3 vezes nesse período, foi assassinado em 17/01/1935, pela polícia chefiada por Dario Crespo), João Neves da Fontoura, Murilo Valle Machado, Henrique Bastides, Manoel Scliar e Eloy Brasil Martins. Esses registros encontram-se no Fundo Polícia, Série Casa de Correção, Sub-Série Entrada de Presos, livros de matrículas nº 6, P-307, nº 7, P-308 e nº 8, P-309, AHRGS.

<sup>28</sup>. Borges de Medeiros produziu um pequeno diário desde o dia que pegou em armas, passando pela prisão no início de outubro de 1932, pelo exílio no Recife e sua volta para Porto Alegre em 1934, finalizando-o no dia do Golpe do Estado Novo. Para cf. “Diário de minha campanha revolucionária, no Rio Grande do Sul, durante 40 dias, em 1932”. Cf. Fundo Arquivos Particulares – Borges de Medeiros e Sinval Saldanha, Série Revolução Constitucionalista, Caixa 09, AHRGS.

<sup>29</sup>. Cf. Fundo Arquivos Particulares - Sinval Saldanha/Borges de Medeiros, Série Revolução Constitucionalista, Caixa 03, AHRGS. Em 14/09/1932, Sinval Saldanha recebeu do chefe de polícia tenente-coronel Agenor Barcellos Feio o livre-trânsito para circular no estado, com o intuito de demover Borges de Medeiros e integrantes da Frente Única da luta armada. Cf. idem, AHRGS. Como explica Glauco Carneiro, o comandante da Brigada Militar, capitão Martim Cavalcanti, em Santa Maria, era

No dia 21 de setembro, a Secretaria de Governo de Flores da Cunha informava que Borges, juntamente com outros cinquenta e dois combatentes haviam sido presos. Luzardo havia conseguido fugir.<sup>31</sup> No dia 22, Borges, seu sobrinho Joaquim e os outros presos com ele, no dia 20, depois de combates em Cerro Alegre, no município de Piratini,<sup>32</sup> chegaram a Rio Grande, em trem acompanhado pelo 7º Regimento de Infantaria de Santa Maria. Inicialmente foram postos incomunicáveis no 9º Regimento de Infantaria da cidade portuária, ficando ali até o dia 24. Nesse dia, Borges foi embarcado para a capital federal a bordo do vapor “Araçatuba”.<sup>33</sup>

---

homem de confiança de Borges. Por isso, a decisão de concentrar-se na região, como um possível núcleo para o movimento contra o interventor Flores da Cunha. Cf. *Luzardo: o último caudilho*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 153-8.

<sup>30</sup>. No Diário de Borges ele faz referência a esse episódio: “27 – As 12 e 1/2 h. chegaram ao mesmo local [se referia a Bajuru] Chico Flores, Sinval, Chico Medeiros e Júlio Santos. O primeiro exibindo uma carta do interventor autorizando-o a negociar conosco, convidando-me ao abandono da luta, em troca de garantias individuais e de livre trânsito para Porto Alegre, Rio. São Paulo ou Rivera (...) recusamos peremptoriamente a proposta oficial, máximo porque já tínhamos de São Paulo a promessa de compra de armamentos. Nessa mesma tarde resolvera-se a partida do Dr. Pilla para Buenos Aires, via Aceguá-Montevidéu, a fim de providenciar sobre a aquisição dos armamentos, e a do Dr. Glicério para o Formigueiro e Cachoeira com o fim de obter a vinda de dinheiro de Porto Alegre e de armas existentes na Cachoeira (...). Ver Fundo Arquivos Particulares – Borges de Medeiros e Sinval Saldanha, Série Revolução Constitucionalista, Caixa 09, AHRGS.

<sup>31</sup>. Um dia depois, o tenente-coronel Leite Moreira, telegrafou de Bagé, para Flores da Cunha, opinando ser conveniente pedir ao governo uruguaio prender Raul Pilla, que organizava revolucionários no país vizinho, no lugar denominado Cerro Largo, juntamente com Negrito Saraiva, provável descendente de Gumercindo Saraiva. Achava também conveniente para a causa nacional, que Borges fosse mantido preso com seus companheiros. Fundo Documentação dos Governantes, Série Documentos dos Governantes, Sub-Série Correspondência Recebida, Revolução Constitucionalista 1932, Maço 92, AHRGS.

<sup>32</sup>. No seu diário Borges também relata esse episódio: “20 – Levantamos acampamento as 6hs e fomos sestar as 10hs na casa do coronel Nicanor Barbosa, em Cerro Alegre, a quatro léguas da Vila do Piratini. Aí, as 13hs mais ou menos, surpreendeu-nos uma coluna inimiga que, tendo conseguido aprisionar a minha retaguarda, inclusive o coronel João Vargas e o Dr. Sílvio Faria Corrêa, logrou aproximar-se sem ser pressentida (...) Estava eu no estabelecimento com uns vinte homens a pé e o único cavalo encilhado era o meu. Era impossível retirar-me com essa gente porque estávamos cercados. Demais, restava-me a esperança de que o Dr. Luzardo e o coronel Coriolano de Castro viessem ao meu encontro. Fiz da habitação do fazendeiro a nossa fortaleza e de dentro dela sustentamos o fogo até o último cartucho. Eram cerca de 16hs quando cessou a fuzilaria e passou o pessoal do 1. RC que penetrou na casa. Tratado com toda a consideração, fui logo conduzido para o acampamento do Estado Maior do coronel Adel Pereira, em cuja barraca passei a noite. No dia seguinte, as 11hs mais ou menos, segui de auto em companhia do coronel Hipólito Ribeiro e do major Coimbra para a Vila de Pinheiro Machado”. Cf. Fundo Arquivos Particulares – Borges de Medeiros e Sinval Saldanha, Série Revolução Constitucionalista, Caixa 09, AHRGS. No dia 21, ainda em Pinheiro Machado, Borges mandou um telegrama pela Viação Férrea para sua esposa Carlinda, onde dizia, entre outras coisas: “(...) vencido ontem em combate, estou prisioneiro com toda garantia e atenções (...)”. Ver Fundo Arquivos Particulares – Sinval Saldanha, Série Revolução Constitucionalista 1932, Caixa 03, AHRGS. Sabe-se que na prisão de Borges esteve presente o futuro coronel Silveirinha, histórico nome da Brigada Militar em Santa Maria.

<sup>33</sup>. Em seguida, passa a circular pelo estado, um panfleto intitulado “A prisão do Dr. Borges de Medeiros”, que entre outros pontos, afirmava: “(...) abandona o repouso de sua velhice modelar para, de fuzil na mão, na indumentária tradicional do gaúcho, de bombacha e de pala, ser preso e por quem rio-grandense? Por uma horda de provisórios, recrutados na escória da população do estado, graças aos dinheiros públicos, sugados às classes que trabalham e que produzem. (...) Borges de Medeiros - chefe do Rio Grande republicano - líder da elite mental de nossa terra - prisioneiro da ralé, do rebotalho, da salsugem social, que veio à tona nesta hora de triste evidência das mediocridades”. Cf. Fundo Arquivos Particulares - Sinval Saldanha/Borges de Medeiros, Série Impressos, Caixa 09, AHRGS.

Batista Luzardo, que se reunira a Borges depois de fugir de Porto Alegre, onde tinha a cidade sob menagem,<sup>34</sup> conseguiu fugir para o Uruguai e depois se exilar na Argentina.<sup>35</sup> Depois de quarenta e um anos, o Chefe, como era chamado Borges de Medeiros por todos os seus aliados, voltaria ao Rio de Janeiro, em 27 de outubro.<sup>36</sup> Dessa vez preso pelos antigos aliados republicanos e positivistas.

Um dia depois, era detido no interior de Minas Gerais o ex-presidente Artur Bernardes.<sup>37</sup> Pode-se dizer que as prisões estavam sendo cada vez mais elitizadas. Um dia depois da chegada de Borges ao Rio, a rebelião paulista terminava com a queda de seus principais líderes, em 28 de setembro, com a rendição e o acordo do governo federal com Bertoldo Klinger.<sup>38</sup>

Ainda no dia 22, em Uruguaiana, levantaram-se o 5º RCI e o 2º GAC. Mas era tarde para qualquer revolta. A reação fora sufocada devido às medidas repressivas do general Franco Ferreira, comandante da 3ª Região Militar, que enviou os oficiais presos para Porto Alegre.<sup>39</sup> Eram os estertores do movimento de apoio aos paulistas no estado.

---

<sup>34</sup>. Ter a cidade como menagem, uma expressão usual na época, significava ficar situado em uma cidade, sob palavra, fora do cárcere, sem autorização para sair da mesma.

<sup>35</sup>. Sobre a fuga de Batista Luzardo de Porto Alegre, seu encontro com Borges de Medeiros, as movimentações pelo interior do Rio Grande do Sul e a derrota para as forças governistas em Cerro Alegre, como último movimento armado com participação desses caudilhos, ver CARNEIRO, op. cit., p.p. 153-63.

<sup>36</sup>. Os feridos foram remetidos para Pinheiro Machado. Cf. “Repercussão do Movimento de São Paulo. A prisão de Borges de Medeiros”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/09/1932, p. 10, MCSHJC/RS. Borges chegou preso ao Rio de Janeiro, em 28 de setembro, sendo destinado para a Ilha do Rijo. Lá, encontraria Artur Bernardes e Pedro de Toledo. Bernardes havia passado antes pelo Corpo de Fuzileiros Navais, na Ilha das Cobras. As primeiras visitas para Borges, em sua confortável casa da Ilha, além de familiares, foram autorizadas pela polícia em outubro, quando recebeu, no dia 21, Waldemar Ripoll, Alberto Pasqualini, Mem de Sá e Anacleto Firpo, também presos na capital federal, assim como o coronel Leonardo Ribeiro da Silva, catedrático do Colégio Militar de Porto Alegre. No entanto, um dia depois, o almirante Protógenes Guimarães, ministro da Marinha desde 9 de junho de 1931, proibiria todas as visitas políticas aos presos da Ilha do Rijo, mantendo apenas a visita familiar.

<sup>37</sup>. Em 23/9/1932, Leivas Otero telegrafou do Palácio do Catete para Flores da Cunha, informando sobre a prisão de Bernardes. Comunicava que o major Oliveira, comandante do 12º Batalhão de Infantaria da Força Pública de Minas Gerais, e o delegado auxiliar Alencar Alexandrino Faria, haviam dado batidas na fazenda Bom Jardim, na localidade de Teixeira, distante a vinte e dois quilômetros de Ponte Nova, encontrando o ex-presidente da república e seu sobrinho, em um rancho dentro do mato, sendo imediatamente presos. Fundo Documentação dos Governantes, Série Documentos dos Governantes, Subsérie Correspondência Recebida, 1932, Maço 96, AHRGS. No mesmo dia 23, o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, publicava em sua primeira página, a prisão de Bernardes. Cf. Fundo Arquivos Particulares - João Neves da Fontoura, Série Recortes de Jornal, Subsérie Junho a Outubro de 1932, Caixa 28, AHRGS.

<sup>38</sup>. “Desde anteontem cessou a luta em todos os setores paulistas”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/09/1932, p. 1, MCSHJC/RS.

<sup>39</sup>. Vieram presos para a capital, os seguintes oficiais: Floriano Peixoto Keller (capitão e líder da rebelião), Armando Ribas Leitão (1º tenente) e Miguel Calomino, Zeferino Silveira Castro e Valenciano José Luiz (2º tenentes). “O levante de Uruguaiana”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/09/1932, p. 12, MCSHJC/RS. Na edição de 24/07/1932, o *Correio Paulistano*, através de declarações do médico gaúcho Augusto Sisson, liberado da prisão no Rio de Janeiro por intermediação de Flores da Cunha para poder lutar em São Paulo, informava que, além de Uruguaiana, a guarnição de Alegrete havia aderido à causa



Os setores das oligarquias rurais, que haviam iniciado o apoio ao Movimento de São Paulo, estavam derrotados no Rio Grande do Sul.

Do Rio de Janeiro, já na clandestinidade, antes de seguir para o exílio, Felipe D'Oliveira escreveu para seu irmão João Daudt, ambos apoiadores dos paulistas, mostrando um quadro da situação de perseguição política aos apoiadores dos paulistas. A polícia carioca havia apreendido um rádio de comunicação secreta com São Paulo e um vasto arquivo referente ao apoio material ao movimento na capital federal.<sup>40</sup> Boa parte da documentação apresentava ligação com o nome de João Neves da Fontoura. Entre outras questões, a carta de Felipe afirmava:

(...) o furor policial contra mim recrudesciu. Faça-te um apelo formal para que tomes todas as cautelas contigo. Acho que não deves dormir em casa. Receio que o espírito vindicativo da gente do governo não se abstenha diante de métodos medievais, como por exemplo a tua admoestação para uma tentativa de confissão atual do meu paradeiro a la scarpia. Não rias, porque mais surpreendente do que isto, é o quadro do Borges, preso por ordem de Flores e remetido para o Getúlio. É um episódio que inspira um horror sagrado de profanação. (...)

É o fim das coisas João. (...) Não é possível o absurdo de permanecer a camorra que aí está. Mantenho-me teimosamente na minha certeza da derrota da Ditadura. (...) fiquei sem informante, entregue apenas ao complexus de minhas aspirações.

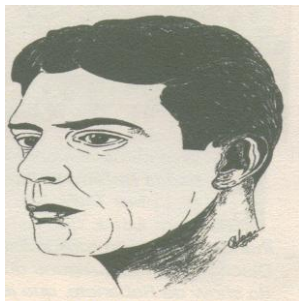
(...) Se, porém, dentro da semana próxima, o fenômeno político não oferecer uma modificação no meu sentido, creio que será indicado cogitar da minha expatriação. O caminho é o asilo em embaixada - e três ou quatro semanas depois a expulsão do território nacional sob a bandeira asiladora. (...).

---

constitucionalista. Cf. Fundo Arquivos Particulares - João Neves da Fontoura, Série Recortes de Jornal, Sub-Série Junho a Outubro de 1932, Caixa 28, AHRGS.

<sup>40</sup>. *O Radical*, jornal do Rio de Janeiro, começou a publicar, a partir do dia 27/09/1932, as matérias sobre as prisões do rádio e sobre a documentação, boa parte cifrada, efetuada pela Ordem Política e Social, na casa de José Cardoso de Almeida, na Praia do Botafogo. Cf. Fundo Arquivos Particulares - João Neves da Fontoura, Série Recortes de Jornal, Caixa 28, Sub-Série Junho a Outubro de 1932, AHRGS. Assim, pelas ligações entre Felipe D'Oliveira com João Neves da Fontoura, não se estranha essa matéria encontrar-se entre a sua documentação. Por esse motivo, foi decretada a prisão de João Neves. Em matéria de 04/10/1932, após a polícia ter conseguido decifrar boa parte da documentação, *O Radical* mostrava "como eram assaltados os cofres de São Paulo para prêmios a traidores, mercenários e facinoras". Cf. "Desmascarando a espionagem reacionária no Rio", Fundo Arquivos Particulares - João Neves da Fontoura, idem, AHRGS.

Estou muito bem aqui na casa dos meus amigos. Ampara-me o tocante carinho dos anfitriões (...) a qual, de resto, deve interromper-me durante estes próximos dias, por causa da vigilância policial (...) <sup>41</sup>.



Felipe D'Oliveira, em desenho de Antônio Isaia.

Em outubro, Felipe D'Oliveira escreveu do Atlântico Norte para Osvaldo Aranha, a bordo do “Giulio Cesar”. Rumava para a Europa, em direção a França, onde morreria exilado. O exílio por cerca de dois anos seria o destino de muitos outros liberais conservadores que apoiaram os paulistas em 1932.

## 2. Liberdade para a Classe Dominante, Repressão para os Trabalhadores

Em São Paulo, no início de 1934, nos mesmos dias em que Góis Monteiro assumia o Ministério da Guerra, os ferroviários da Sorocabana entraram em greve. Novamente a polícia agiu, prendendo o advogado do sindicato Lívio Barreto Xavier e vários operários identificados com o PCB. Lívio foi solto no mesmo dia da prisão, em 18 de janeiro, mas os outros foram remetidos presos para a Ilha dos Porcos, mesmo com a greve terminando dois dias depois. <sup>42</sup>

No Rio Grande do Sul, a ameaça de greve da categoria deixou de existir devido a decisão da assembleia do Sindicato dos Empregados da Viação Férrea, ocorrida em Santa Maria, em 21 de janeiro. Na assembleia, Antônio Xavier da Rocha, prefeito de Santa Maria, manifestou-se elogiando a atitude dos ferroviários rio-grandenses, ao

---

<sup>41</sup>. Carta manuscrita para João Daudt, em 24/09/1932. Cf. Fundo Arquivos Particulares - João Neves da Fontoura, Série Documentação Complementar, Caixa 06, AHRGS.

<sup>42</sup>. “A greve em São Paulo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/01/1934, p. 28, MCSHJC/RS. Góis Monteiro foi nomeado no dia 18, no lugar do general Espírito Santo Cardoso e tomou posse no dia 22. Vargas, que já contava com o apoio do chefe de Polícia Filinto Müller, passava a ter um ministro simpático ao integralismo e aliado no combate ao comunismo. O aumento da repressão ao comunismo fez com que Caio Prado Jr., como advogado, ratificando o que havia feito em 18 de dezembro de 1933, encaminhasse novamente à justiça um pedido de correção relativa aos procedimentos da Delegacia de Ordem Social do capital paulista. Cf. “Delegacia de Ordem Social”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/01/1934, p. 16, MCSHJC/RS.

afirmar que já tinha “passado a época dos recursos extremos”.<sup>43</sup> Desmentindo o prefeito, dois anos depois a categoria faria uma grande greve no estado.

Já como ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Joaquim Pedro Salgado Filho voltou ao Rio Grande do Sul, em visita oficial. Em 20 de fevereiro de 1934, desembarcou em Porto Alegre, sua terra natal, após passar por Rio Grande, onde visitara fábricas e sindicatos. Ao chegar foi recepcionado pelo padre Leopoldo Brentano, dos Círculos Operários, e por Leopoldo Machado, da Federação dos Operários do Rio Grande do Sul (FORGS), além de muitos sindicalistas. Elogiou o interventor Flores da Cunha, como mantenedor da ordem no estado e no Brasil, juntamente com o Exército nacional. Salgado Filho disse, ao descer no cais do porto, que vinha com a missão de conciliação<sup>44</sup> e que não era possível que, no cumprimento da palavra de Getúlio Vargas, as leis elaboradas não estivessem sendo cumpridas e executadas em seu “torrão natal”. Preferia acreditar que elas estivessem sendo executadas em harmonia, conciliando os interesses de trabalhadores e empregadores.

Antes disso, ainda na lancha “La France”, que o pegara no Itaimbé,<sup>45</sup> ouvira de Ernani de Oliveira, o todo-poderoso diretor da Inspetoria Regional do Trabalho (IRT), órgão diretamente ligado ao Ministério do Trabalho, que no Rio Grande do Sul as soluções das questões sociais não tinham interferência da política. Na lancha, ainda acompanhavam o ministro, A. J. Renner e Alberto Bins, dois dos maiores empresários gaúchos, mas nenhum operário, ao menos identificado como tal.

---

<sup>43</sup>. “Sindicato dos Empregados da Viação Férrea. Os componentes dessa prestigiosa entidade, reunidos em grande assembleia geral, manifestaram-se unanimemente contra qualquer movimento grevista”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/01/1934, p. 7, MCSHJC/RS.

<sup>44</sup>. Nesse momento, ainda desenvolvia-se o “caso padeiral”, movimento grevista de padeiros e entregadores de pães, os quais reivindicavam o cumprimento da legislação trabalhista, não cumprida pelos patrões do setor. No início de fevereiro de 1934, com a presença em Porto Alegre de Valdir Niemeyer, representante do Ministério do Trabalho que veio para o Sul buscar a conciliação, o Sindicato dos Operários em Panificação ampliou e radicalizou o movimento. Mas, até a chegada de Salgado Filho a Porto Alegre, não havia ocorrido solução para os conflitos. Alexandre Fortes argumenta que o *caso padeiral* foi a expressão local da onda de greve nacional, em que o Estado perdeu pela primeira vez, desde 1930, a capacidade de iniciativa na intenção de neutralizar e *harmonizar* os conflitos sociais, pois estas lutas “iniciaram o árduo processo de converter o discurso da justiça social do Estado em direitos efetivos” (grifos do autor). Cf. *Trabalhadores e organização sindical em Porto Alegre (1933-1937)*. In. Ávila, Maria de Fátima (org.), Porto Alegre: *dissertações e teses*, Cadernos Porto & Vírgula, n. 13, Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 1996, p. 115. Para maiores aprofundamentos sobre a greve dos padeiros em 1933 e 1934 e o “caso padeiral”, ver FORTES, ‘*Nós do Quarto Distrito...*’. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH-UNICAMP, 2001, p. 470-503.

<sup>45</sup>, Porto Alegre ainda não contava com um aeroporto de grande porte. Assim, os aviões desciam na localidade do Itaimbé, de onde, geralmente, lanchas levavam as maiores autoridades até o cais do porto, no centro da cidade.

No dia seguinte, visitou fábricas em Porto Alegre (entre as quais as Fábricas Renner e a Cervejaria Continental), acompanhado do prefeito Alberto Bins. À noite, foi homenageado pela FORGS, na sede da entidade. Ali, o presidente Leopoldo Machado reclamou da atuação parcial de Ernani de Oliveira, em favor dos patrões, à frente da IRT, solicitando o restabelecimento do cumprimento das leis sociais no estado.

Salgado Filho respondeu que em 1930, havia assumido a 4ª Delegacia Auxiliar do Distrito Federal, depois de quarenta e oito horas de relutância em aceitar o convite, pois no local, em tempos anteriores os operários supliciavam na “geladeira”. Entretanto, foi com sua atuação na DOPS que ganhou a confiança e as simpatias do operariado carioca, não com transigências, mas sem consentir com desumanidades. Disse ainda que teriam sido os operários que o levaram ao Ministério do Trabalho, cabendo a eles e aos sindicatos, também, a fiscalização sobre a legislação social. Concluiu, afirmando que havia numerosas queixas contra Ernani de Oliveira, mas ninguém o acusava de improbidade ou malversações, por isso pedia a harmonia entre os patrões e os empregados.<sup>46</sup>

Apesar do recrudescimento da luta de classes no Rio Grande do Sul e no Brasil, Salgado Filho procurava manter a unidade do discurso dos que tomaram o poder em 1930. No dia 1º de março, em visita ao Sindicato dos Madeireiros de Porto Alegre, o ministro repetiu o tom dos discursos, antes feitos por Collor e sempre ressaltados por Vargas. Disse que antes, os trabalhadores que quisessem dizer de suas reivindicações, seriam sufocados “imediatamente pelas afiadas espadas ou pelas patas dos cavalos que o massacravam”, pois para os governantes os operários eram “vermes abatidos por esses processos”. Nos novos tempos, prosseguia Salgado filho, os trabalhadores podiam se manifestar livremente, com a máxima liberdade, inclusive em uma reunião presidida pela “suprema autoridade do trabalho, que os ouvia com o máximo respeito, tudo o que fosse expressado em palavras surgidas no pensamento e na imaginação dos trabalhadores”. Seu desejo, como ministro, assim como do presidente Getúlio, era que “os direitos dos concidadãos operários não se transformassem em represálias, mas adviessem da harmonia e da conciliação”.<sup>47</sup> Salgado Filho ficaria no Rio Grande do Sul até o dia 10 de março, visitando as principais cidades operárias como Santa Maria,

---

<sup>46</sup>. “Porto Alegre hospeda, desde as primeiras horas de ontem, o titular da pasta do trabalho do Governo Provisório”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/02/1934, p. 8-9 e, Idem, 22 de fevereiro, p. 10, MCSHJC/RS.

<sup>47</sup>. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/03/1934, p. 9, MCSHJC/RS.

Bagé, Pelotas e Rio Grande. Em todas elas, diante de platéias de trabalhadores, repetia o mesmo conteúdo conciliador em seus discursos.<sup>48</sup>



Mesa e platéia do Congresso da FORGS, em 1933 (Fonte: *Correio do Povo*, 4-2-1933, p. 12, MCSHJC).

De 3 a 5 de fevereiro de 1934 realizou-se o Congresso da FORGS, com a presença de Ernani de Oliveira, tendo como principal meta daquele ano, o reconhecimento e a oficialização junto ao Ministério do Trabalho. Na segunda noite, o operário de Santa Maria, Murilo Valle Machado, representando a Legião Proletária Rio-Grandense, condenou os partidos operários que chegavam ao poder e depois metralhavam o proletariado. Defendeu a construção de um partido de operários, sem servilismo a qualquer governo. Por fim, manifestou-se sobre a violência contra os trabalhadores, afirmando:

(...) Os governos, em geral, esquecendo a lição da história, procuram combater as novas ideologias que aí vêm surgindo, por meios violentos, pela compressão e pelo cárcere, quando o passado está nos mostrando que as ideias, como os gases, tanto se comprimem, tanto mais violentas são as suas explosões.

---

<sup>48</sup>. Eulália Lobo mostra que, logo após a sua viagem ao Rio Grande do Sul, mesmo depois de deixar o Ministério do Trabalho, Salgado Filho publicou um artigo no *Boletim do MTIC*, nº 4, de dezembro de 1934, onde defendeu a “conciliação intermediada pelo Estado” para combater “a onda de anarquia que procurava arruinar o mundo”. Através disso, concluía o ex-ministro, o governo tinha em mira, ao proteger o operário, “assegurar o capital e a estabilidade que só a paz e a ordem podem gerar”. Citado em O Estado centralizado, a crise econômica e o operariado (1930-1936). In. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Access, 1992, p. 61. Adalberto Paranhos ressalta que no artigo de Salgado Filho, um dos argumentos mais importantes era o de que “o governo não criou a ‘questão social’”, apenas prescreveu leis “para extinguir a violência da solução dos conflitos que até então já se davam”. Por isso, era importante a advertência do ex-ministro do Trabalho de que a agressividade das greves colocava “em risco o capital investido pelo empregador”, ao mesmo tempo que “comprometia a ordem pública”. *Apud* PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 91.

(...) não é matando o doente ou encarcerando-o que se debelam as epidemias.<sup>49</sup>

Tais movimentações ampliavam a consciência dos trabalhadores no caminho da pressão para o fim do Governo Provisório e a volta de eleições amplas.

Porém, para Flores da Cunha a ampla liberdade para as eleições era mais uma figura de retórica. Em 22 de abril, no mesmo dia em que eram lançados os candidatos da Frente Única (PL e PRR), seu partido, o Partido Republicano Liberal (PRL), criado logo após a Revolta Paulista de 1932, pedia ao Tribunal Regional Eleitoral, a cassação dos direitos de trezentos e dezessete candidatos, entre os quais Waldemar Ripoll, Augusto Maria Sisson,<sup>50</sup> Borges de Medeiros, Alberto Pasqualini, Armando Fay de Azevedo,

---

<sup>49</sup>. Participaram do Congresso, conhecido como “Congresso Pelego”, 17 sindicatos que representavam outros sindicalizados, sendo 9 de Pelotas, 4 de Porto Alegre e 4 de Rio Grande. Na abertura do Congresso, João Vitaca, operário que representava a Frente Sindical de Pelotas, discursou denunciando o Círculo Operário de Pelotas como instituição intrusa no meio dos trabalhadores, dirigida por capitalistas, padres e militares. Cf. “A instalação ontem do grande Congresso Trabalhista”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/02/1933, p. 12. O Congresso destacou-se também pelos debates entre as correntes políticas e anti-políticas do movimento operário gaúcho. No segundo dia do Congresso, o operário João Manuel Machado, utilizou a palavra elogiando Getúlio Vargas, e afirmando que ainda se “tramava contra a ordem e a estabilidade do governo do estado”. Por isso, pediu aos seus companheiros que “cerrassem fileiras em torno do interventor federal”. Cf. “A continuação do grande Congresso Trabalhista”. *Idem*, 05/02/1933, p. 5. Muitos dos operários presentes no Congresso, já estavam filiados ao novo partido criado por Flores da Cunha, o PRL. Ver tb. “O encerramento do grande Congresso Operário”. *Idem*, 07/02/1933, p. 8, MCSHJC/RS.

<sup>50</sup>. Preso no Rio de Janeiro, por um pedido de Flores da Cunha ao 4º delegado auxiliar Dulcídio Cardoso, ele foi liberado para lutar em São Paulo. Cf. o radiograma urgente de Cardoso para Flores, 20/09/1932, comunicando que havia atendido o “desejo” do interventor gaúcho. Fundo Documentação dos Governantes, Série Documentos dos Governantes, Sub-Série Correspondência Recebida, Interventor Federal, 1932, Maço 72, AHRGS. Sisson havia sido preso pela primeira vez, em Porto Alegre, por apoiar São Paulo desde os primeiros momentos. Conseguiu fugir, mas foi preso novamente em Rosário do Sul, em 2 de setembro de 1932, onde seguia disfarçado de Santa Maria para Alegrete, a fim de organizar apoio ao Movimento de São Paulo, após encontrar-se com os grupos de Raul Pilla e Batista Luzardo. A prisão foi informada por José de Carvalho, prefeito de Rosário, para Flores da Cunha, em telegrama de 02/09/1932. Fundo Câmaras Municipais, Série Correspondência das Câmaras Municipais, Sub-Série Correspondência dos Prefeitos Municipais, Maço 381, Caixa 203, AHRGS. Depois, foi remetido para o Rio de Janeiro.

Firmino Torelly, Otelo Rosa, Oscar Fontoura e Walter Jobim.<sup>51</sup> A medida incomodou alguns integrantes do próprio PRL.<sup>52</sup>

Dois anos depois de ir para o exílio, Lindolfo Collor voltou ao Rio Grande do Sul. Em entrevista ao *Correio do Povo*, Collor enfatizou as declarações feitas na sua chegada ao Brasil. Depois de falar que um dos argumentos dos reacionários era de que no Brasil não existia a “questão social”. Reconhecia que seu trabalho no Ministério havia sido imperfeito, mas tinha o mérito de ter trazido “a questão social das delegacias de polícias e do fundo das enxovias para o pleno ar e de conceder-lhe a dignidade inerente a todos os assuntos que ocupavam a atenção dos governos”.

Mas, ao mesmo tempo, ressaltava que a reação policial se dava no cotidiano. Como exemplo, afirmou que no Rio, sucediam-se as violências e os operários eram trucidados em plena rua. Sobre o assunto, complementou:

Dizem os jornais do governo que os operários trucidados são comunistas. Na República Velha os processos não eram outros: operários que não concordam com o governo são sempre comunistas. No Rio Grande do Sul não saímos ainda do ambiente policial que envolve as reivindicações operárias. Basta que alguns operários queiram percorrer o estado com propaganda dos seus interesses coletivos, para que voltem a capital presos e sejam postos em incomunicabilidade dias a fio.

Essa é, infelizmente, a atmosfera em que se pretende resolver aqui as questões (...) entre operários e patrões. Nesse prolongamento do governo discricionário em nosso estado, o operário nunca tem razão. E

---

<sup>51</sup>. No programa partidário, aprovado em Rivera, o PL, entre outras questões, estabeleceu que o Estado de Sítio não poderia ser decretado previamente, nem o presidente da República poderia fazê-lo. Já o programa do PRR às eleições de 1933, marcadas para 3 de maio, continha, entre outras propostas de direitos individuais, que a extradição por crimes político-sociais não seria concedida em caso algum. Evidentemente, eram propostas oriundas da conjuntura política em que viviam os membros desses partidos. Sobre o pedido de cassação feito pelo PRL, cf. “Pedido de cassação de direitos políticos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/04/1933, p. 9. Depois disso, Flores da Cunha enviou o mesmo pedido para o Ministro da Justiça Maciel Jr., que o remeteu para o Superior Tribunal da Justiça Eleitoral, com a restrição aos nomes de Ariosto Pinto, Nicolau Vergueiro, Arnaldo Faria e Alberto Pasqualini, em razão do seu envolvimento com o Movimento de 1932. Os candidatos foram cassados em 28 de abril, com o argumento de que foram inscritos para as eleições após o encerramento do prazo. Cf. “Foram cassados os direitos políticos (...)”. Idem, 29/04/1933, p. 1, MCSHJC/RS.

<sup>52</sup>. Em 25 de abril, Alfredo Nascimento (seu genro Renato Barbosa era candidato do PRL) escreveu de Rio Grande para Flores da Cunha, protestando contra as medidas que não contribuía para a paz no estado, pois segundo ele, se no Rio Grande não havia presos políticos (*sic*), no Rio de Janeiro havia muitos, além de expatriados “sem poderem gozar de liberdade de ação, de pregar ao povo seus ideais”, em um momento em que as urnas se abriam para a reconstrução da Carta Magna. Para Nascimento, *A Federação* não reunia, afastava, não congregava, repelia, inclusive ferindo Borges de Medeiros nas mesmas colunas que um dia o sagraram como “ídolo do Rio Grande”. Cf. Arquivo Flores da Cunha, FC 31.12.08 – PRL e ANC, doc. 40, CPDOC/FGV.



quando resolve protestar e fazer valer os seus direitos, ele é comunista e vai para a cadeia (...).<sup>53</sup>

Assim que retornou do exílio interno em Recife, situação rara para os que ficaram do lado dos paulistas, Borges de Medeiros passou a deslocar-se pelo Rio Grande do Sul, em campanha eleitoral. Uma das primeiras cidades a visitar foi Santa Maria, no centro do estado, onde reuniu em torno de dez mil pessoas. Em conferência no Teatro Coliseu, realizou um discurso com um conteúdo que marcaria a campanha liberal da Frente Única: centrado na questão da violência política e policial que acontecia no Rio Grande do Sul. Disse que a República de 1930 padecia do “mal congênito de haver gerado a monstruosidade de um governo discricionário, com o sacrifício da autonomia local e confisco de todas as liberdades”, pois além de ser incapaz e reacionária, “só pode viver pela força e governar pela violência”.<sup>54</sup>

Agora na Oposição, aqueles que construíram o poder em 1930 condenavam a repressão, a mesma em que foram coniventes ou dirigentes quando estiveram com Vargas.

A volta dos exilados, em 1934, preparava a legalidade constitucional, ocorrida em julho, e o processo eleitoral, mesmo que forma indireta, como para os cargos de Presidente da República e governadores de estado. Os trabalhadores não ficariam de fora do pleito no Rio Grande do Sul.

Enquanto os operários conquistavam a legalização da Liga Eleitoral Proletária (LEP), aumentava os retornos do exílio dos dissidentes liberais rio-grandenses, com destaque para Borges de Medeiros, no dia 11 de setembro, enquanto mudava o comando da 3ª Região Militar, com a posse, no dia, do general Cezar Augusto Parga Rodrigues. Nesse contexto, como veremos adiante, a caravana da LEP (reconhecida legalmente no dia 6 de setembro, pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral Luiz Mello Guimarães) foi presa pela polícia de Santa Maria. A nova situação política não prometia grandes mudanças.

O alvo inicial da repressão no Rio Grande do Sul, após o governo constitucional foi à imprensa. Em 13 de agosto, na Praça da Alfândega, em Porto Alegre, o jornalista

---

<sup>53</sup> . Sobre os operários presos (grifos nossos), Collor fazia uma referência a Liga Eleitoral Proletária (LEP), cuja caravana divulgava seu programa e candidatos às eleições de 1934 em viagem pelo interior do estado e fora presa pela polícia comandada por Flores da Cunha em Santa Maria. Cf. “A questão social no Brasil - entrevista com Lindolfo Collor”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/08/1934, p. 16, MCSHJC/RS.

<sup>54</sup> . “As caravanas da Frente Única no interior do estado”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/10/1934, p. 16. MCSJHC/RS.

Sérgio de Gouvêa foi agredido por três polícias, o que gerou protestos junto ao chefe de polícia Dario Crespo e o envio de telegramas para a ABI, com a denúncia do fato.<sup>55</sup> No dia 28 de agosto, na mesma praça, foi a vez do diretor do jornal André Carrazoni e do jornalista Antônio R. do Val, os quais foram abordados e presos pelo delegado Noêmio Ferraz, que estava acompanhado de vários investigadores. Os proprietários dos jornais procuraram a 3ª Região Militar, por não confiar na polícia, sendo atendidos pelo comandante interino, coronel Castro Jr. Este foi conversar com o interventor interino João Carlos Machado, e decidiram colocar outros agentes policiais “protegendo” o prédio do *Correio do Povo*. O episódio teve início quando o capitão interrompeu uma conversa de Carrazoni com um amigo, dizendo-lhe que ia desarmá-lo, mas o jornalista não deixou. Quando foi agarrado, Antônio de Val, veio em seu socorro, agredindo o capitão. Como resultado, ambos foram para a Chefatura de Polícia e depois encaminhados para a Casa de Correção. Após ser solto, Carrazoni foi à casa de Dario Crespo reclamar da agressão.<sup>56</sup>

O segundo alvo foi a FORGS, com acusações de que os dirigentes da Federação Operária seriam dominados pelos comunistas. A estratégia utilizada foi a denúncia pública da ação comunista na entidade, enquanto articulavam-se sindicalistas e operários para a construção de uma nova direção para a entidade sindical dos operários gaúchos. Alguns sindicatos, com o apoio da IRT, e com base no Decreto nº 22.244 (no parágrafo 1º, letra B, que regulava as atribuições dos Inspetores Regionais), passaram a articular os melhores meios para, segundo o argumento de Ernani de Oliveira, evitar que “a direção extremista da Federação Operária conseguisse fazer proselitismos na capital e no interior do estado”. Para tal, criou-se um Comitê Central, com o apoio do governo do estado, que passou a ter a incumbência de organizar caravanas pelo Rio Grande do Sul, com a intenção de “incutir no seio das classes sindicalizadas a ideia diametralmente oposta ao extremismo”.<sup>57</sup> Em “Manifesto aos Trabalhadores do Rio Grande do Sul”, assinado por 15 sindicatos, centrava-se o ataque na direção da FORGS:

---

<sup>55</sup>. “A brutal agressão sofrida pelo nosso colega Sérgio de Gouvêa”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/08/1934, p. 16, MCSJHC/RS.

<sup>56</sup>. “Mais uma violência da polícia contra o *Correio do Povo*”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/08/1934, p. 32 MCSJHC/RS.

<sup>57</sup>. “Os dirigentes da Federação Operária acusados de extremistas”. Idem, 11/09/1934, p. 12, MCSJHC/RS. Os integrantes da caravana eram Paulo Godoy Ilha (Presidente do Sindicato dos Bancários), José Vecchio (Presidente do Sindicato dos Empregados da Carris), Venâncio Ayres Mesquita (do Sindicato dos Empregados no Comércio), Armênio Macário Ribeiro (do Sindicato dos Conferentes do Porto), Abelardo Nunes Pereira (do Sindicato dos Carpinteiros) e Luiz Ferreira (gráfico). Esta caravana dirigiu-se para Cachoeira, Santa Maria, Cruz Alta, Carasinho e Passo Fundo, onde obteve o apoio de 18 sindicatos, e para Pelotas, Rio Grande e Bagé, conquistando solidariedade de mais 31 sindicatos.

(...) São de conhecimento de todo trabalhador os desmandos da diretoria da Federação Operária. É por não estarmos de acordo com a implantação das ideias extremistas que nós levantamos a nossa voz em protesto aos trabalhadores do Rio Grande do Sul (...). Promovem manifestações contra as guerras internacionais e pregam a revolução sangrenta na Pátria (...). E nós trabalhadores, queremos a Federação Operária dentro da Ordem e da Lei, colaborando com as autoridades, para que a todo trabalhador lhe assista o direito dessa mesma lei (...).<sup>58</sup>

A resposta da FORGS pela manifestação de seu presidente Policarpo Hibernon Machado, em declarações à imprensa de Porto Alegre, nas quais procurou destacar o conteúdo das manifestações da oposição que se aliava com a IRT:

O golpe que se tenta contra a Federação Operária é ideia estudada e agora posta em prática pelo seu rancoroso inimigo Sr. Ernani de Oliveira (...). Esse alto funcionário jamais poderia tolerar o operário com ação consciente, porque na minha presença e com os testemunhos dos senhores Carlos Gloger e Leopoldo Machado, declarou que se fizesse qualquer coisa em defesa dos trabalhadores seria logo despojados de seu cargo pelo Centro da Indústria Fabril (...). Os sindicatos que se aliam ao Sr. Ernani de Oliveira nenhuma força representam, pois alguns deles não existem e os dos bancários e dos comerciários detestam o proletariado. (...) Quanto a essa pecha de extremistas (...) não passa de pretexto (...) inventado pelo sr. Ernani de Oliveira e seus cortejadores, para se apossarem da entidade máxima dos trabalhadores rio-grandenses (...). O proletariado só poderá fazer as conquistas por meio da greve. Isto é o que vem se observando no Rio e em São Paulo. (...).<sup>59</sup>

A radicalidade das palavras do dirigente da FORGS, chamando à greve e utilizando os exemplos dos movimentos do centro do país, aumentavam ainda mais a tensão e os argumentos de que o regime constitucional não poderia tolerar ameaças contra a ordem estabelecida. O *Correio do Povo*, em editorial, fez uma demonstração de qual inimigo as classes dominantes gaúchos elegeriam para o novo período

---

<sup>58</sup>. Entre outros itens desfraldados pela oposição à diretoria da FORGS, destacavam-se: completa e absoluta ausência de ideias extremistas no seio da entidade; respeito às leis do país, especialmente aquelas denominadas “sociais” e auxiliar a Inspeção do Trabalho, através de colaboração eficiente, fazendo cumprir a legislação. Cf. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/09/1934, p. 12, MCSJHC/RS.

<sup>59</sup>. *Correio do Povo*, Porto Alegre, idem, p. 12, MCSJHC/RS.

constitucional, analisando o programa comunista dos integrantes do PCB de São Paulo, sobre o qual afirmava que iria espantar a todos os que não fossem operários.<sup>60</sup>

No final de agosto de 1934, uma caravana da LEP vai para o centro do estado. Saindo de trem de Porto Alegre no dia 25, o destino foi Cachoeira do Sul. Porém, depois de realizar uma assembleia no mesmo dia, e outra no dia seguinte, dois policiais tentaram impedir violentamente a propaganda da Liga e a fundação do comitê local, prendendo os membros da caravana: Policarpo Hibernon Machado, Leopoldo Machado, Euclides de Souza e Lúcio Netto, além de Elpídio Santos, presidente do Sindicato dos Operários Panificadores e Classes Anexas da cidade. Ali, o operariado da cidade esperou em frente à delegacia até que eles fossem soltos, realizando comício em praça pública.<sup>61</sup>

Porém, a reação contra a LEP continuou. A caravana seria novamente presa, dessa vez em Santa Maria, depois de ter realizado comícios em Cachoeira, Santana do Livramento, Dom Pedrito, Passo Fundo e Cruz Alta.



Primeira Página de *A Voz do Trabalhador*, denunciando a violência contra a LEP em Santa Maria (Fonte Arquivo João Batista Marçal).

Os trabalhos para a instalação do núcleo de Santa Maria da LEP tiveram lugar na sede da Legião Proletária Santa-Mariense, associação que já havia sido fechada pelo mesmo delegado em 1933. Após a instalação do núcleo, os integrantes se dirigiram ao Café Paris, tradicional ponto de encontro de políticos e da sociedade local, mas foram interceptados por um policial secreto, que os intimou a comparecer à delegacia de polícia. Detida por Adalardo Soares de Freitas (delegado da cidade e conhecido pelas

<sup>60</sup>. “O programa comunista”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/09/1934, p. 3, MCSJHC/RS. Não se pode esquecer que nesse momento vigorava no PCB a tática de “classe contra classe”, decidida pela III IC no Congresso de 1928, na qual se defendia a revolução proletária e camponesa diretamente. Isso fazia com que o partido radicalizasse a sua opinião e a sua atuação prática, principalmente favorecido pela relativa liberdade de atuação pós-Constituição.

<sup>61</sup>. “LEP (...) Os sucessos de Cachoeira”. *A Voz do Trabalhador*, ano I, n. 47, Porto Alegre, 08/09/1934, p. 4, AJBM-HO.

atitudes repressivas diante dos movimentos sociais e políticos de oposição ao governo de Flores da Cunha).

No dia seguinte, os presos foram levados para a estação ferroviária, conduzidos por uma escolta com soldados de armas embaladas. Após, foram embarcados para Porto Alegre, com a ordem de vigilância máxima, escoltados por soldados da milícia estadual, a Brigada Militar, mesma prática feita em relação a ladrões e assassinos destinados à Casa de Correção da Capital.

A FORGS convocou as entidades sindicais de Porto Alegre para recepcionar os presos na chegada à estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Na chegada, um grande número de comissões de sindicatos acompanhou os detidos até a Chefatura de Polícia, levados em carros de praça providenciados pela Federação, para que os presos não fossem carregados nas chamadas “viúvas” da polícia política. Policarpo H. Machado, Ângelo Plastina, Leopoldo Machado e Érico Souza, após darem depoimentos a um amanuense, foram colocados em liberdade, certamente por pressão de grande número de sindicalistas que se encontravam no saguão do prédio. Depois, uma grande massa popular acompanhou a caravana até a sede da Federação.<sup>62</sup>

Apesar de manter a organização de caravanas contrárias à LEP e à direção da FORGS, chamadas por essa de “caravanas ernanianas”, e da repressão ter sido aumentada contra as entidades, Ernani de Oliveira mudou a tática de seus discursos. Passou a orientar as entidades contrárias ao sindicalismo classista e seus líderes para que tivessem cuidado ao tratar do tema diante de platéias de trabalhadores. O medo, naquele momento era de que a política oposicionista da Federação ganhasse cada vez mais a consciência de classe dos operários rio-grandenses.

Outra caravana também passou a percorrer o interior do Rio Grande do Sul, porém, fazendo oposição a LEP, e com o objetivo de combater o extremismo da Federação Operária e conseguir adesão para substituir a sua diretoria. A FORGS, chamando-a de “caravana policial”, denunciou que os operários que dela faziam parte<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup>. “A reação violenta da burguesia é a prova tácita da falência do regime - As arbitrariedades da polícia de Santa Maria contra a caravana da LEP”. *A Voz do Trabalhador*, ano I, n. 48, Porto Alegre, 15/09/1934, p. 1, AJBM-HO.

<sup>63</sup>. Faziam parte da caravana as seguintes pessoas: Paulo Godói Ilha (presidente dos bancários de Porto Alegre); Venâncio Aires de Mesquita (presidente dos empregados do comércio de Porto Alegre), Armênio Macário Ribeiro (presidente do Círculo Operário de Porto Alegre - COPA), Luiz Ferreira (ex-secretário da FORGS e secretário do COPA); José Vecchio (presidente dos Operários em Tramways de Porto Alegre); Abelardo Nunes Pereira (procurador geral dos Trabalhadores em Madeiras e seus Artefatos, para a diretoria da FORGS, um espião). Este último, foi destituído de seu cargo em

foram organizados em reuniões secretas, com a presença de Ernani de Oliveira.<sup>64</sup> *A Voz do Trabalhador*, de forma sarcástica, respondeu em trova para a caravana:

Operários de alma impura,/falastreiros, traidores.  
Turistas de vil figura,/amarelos, furta-cores...  
O canalha ao vil se ajunta:/inspetor-caravaneiro,  
eu só faço uma pergunta:/onde arranjam dinheiro?<sup>65</sup>

### 3. Derrota Eleitoral, Luta Social e Política Antifascista para os Trabalhadores

Apesar da boa votação, a LEP gaúcha não conseguiu eleger nenhum deputado em 1934. Porém, os trabalhadores não deixaram suas formas de organização e luta de lado. No Rio Grande do Sul, ainda nesse ano a FORGS passou a ser dirigida pelo PCB. Nessa conjuntura, os trabalhadores ampliam a organização do Comitê Anti-Guerreiro contra a Fome e o Fascismo, gérmen da futura Aliança Nacional Libertadora (ANL), além de organizarem-se para diversos confrontos de classe.

No início de 1935, greves de diversas categorias eclodem em Porto Alegre e refletem por todo o estado, ampliando a escalada de repressão ao movimento sindical. Ainda na conjuntura das greves, no centro de Porto Alegre, a polícia assassina Mário Couto, médico e jovem liderança do PCB. Neste processo, a FORGS, acusada de extremista é colocada na ilegalidade pelo governo de Flores da Cunha, sua sede é fechada e suas lideranças passam a ser perseguidas.

No entanto, a ascensão dos movimentos sociais em nível nacional fortalece a criação de uma ampla frente antifascista, antiimperialista e antilatifundiária, a ANL.

---

comunicado do sindicato, em 4 de setembro de 1934, “por não merecer confiança da classe”. Cf. *A Voz do Trabalhador*, nº 47, ano I, Porto Alegre, 08/09/1934, p. 4, AJBM-HO.

<sup>64</sup>. A prova da participação do diretor da IRT foi a publicação do seguinte fonograma, originalmente divulgado em jornal de Cachoeira do Sul, dirigido ao prefeito daquela cidade Aldomiro Franco:

Il.mo. Sr. Prefeito Municipal, Cachoeira.

Tenho prazer comunicar-vos seguirá amanhã interior, fronteira e litoral, tocando inicialmente esta cidade, caravana composta de seis membros, com o fim desenvolver coordenação operários torno ideia apoio ordem constitucional, como condição essencial estabilidade instituições e eficiência colaboração ordem social.

Santa Maria caravana bipartirá, seguindo uma serra e fronteira e litoral.

Ambas obedecem liderança Paulo Godói Ilha, presidente Sindicato Bancários e Venâncio Aires Mesquita, presidente sindicato Empregados no Comércio.

Peço prestar caravaneiros assistência prestígio vossa autoridade, tem integral apoio governo do Estado.(...)

(as.) *Ernani de Oliveira*.

Inspetor Regional.

Cf. *A Voz do Trabalhador*, ano I, n. 43, Porto Alegre, 11/08/1934, p. 4, AJBM-HO.

<sup>65</sup>. Cf. o artigo “Arrancando a máscara” e a trova “Apologia da caravana traidora”, assinada por Coamões (provavelmente pseudônimo de algum integrante da diretoria da FORGS). *A Voz do Trabalhador*, ano I, n. 43, Porto Alegre, 11/08/1934, p. 4, AJBM-HO.

Lançada no Rio de Janeiro, em março de 1935, ela rapidamente passa a ser organizada em todo o Brasil.

A primeira notícia que se tem da ANL no Rio Grande do Sul é a do lançamento da organização em Santa Maria. O jornal *A Razão*, em 24 de maio de 1935, citou a organização do núcleo local e o *Correio do Povo*, informando a possível visita de uma caravana aliancista à cidade.<sup>66</sup> A partir daí, o movimento cresceu, surgindo nas principais cidades onde existia uma razoável participação política e de oposição pequeno-burguesa e proletária como em Pelotas, Passo Fundo, Livramento, São Leopoldo, Rio Grande, Cruz Alta, dentre outras. Das cidades mais desenvolvidas com industrialização crescente, Caxias e Novo Hamburgo não contaram com a organização da Aliança, devido ao predomínio integralista.

A organização da ANL, em âmbito estadual, começou a ser lançada a 8 de junho, quando já se falava em nome do Diretório Estadual Provisório (DEP), que tinha a autorização do Diretório Nacional Provisório (DNP) para funcionar no Rio Grande do Sul. A comunicação de Apparício Córa de Almeida, enviada à imprensa, caracterizou um dos aspectos do surgimento e da organização da ANL gaúcha, subordinada ao Diretório Nacional. Segue-se, dessa forma, os moldes hierárquicos da organização através do DNP, dos DEPs, dos Diretórios Municipais Provisórios (DMPs) e dos diversos núcleos. Na oportunidade, Córa de Almeida ressalta que a ANL não era um partido político, mas “uma frente única... com o fim de colimar vários objetivos da mais palpitante atualidade brasileira”. Explicou que a Aliança visava combater ao imperialismo, ao latifúndio e aos partidos políticos anti-democráticos (integralistas). Para isso estava legalmente constituída, inclusive com os estatutos registrados. Assim sendo, a organização podia fazer qualquer tipo de propaganda e expansão através da imprensa, de boletins, de reuniões e de comícios.<sup>67</sup>

Em suas memórias, Agildo Barata exagera ao classificar como obra sua o surgimento da ANL no Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que procura diminuir a importância na organização de outros aliancistas gaúchos.<sup>68</sup> Nesse sentido, tanto Agildo Barata como Moésias Rolim não podem ser identificados, apesar dos seus papéis importantes, como únicos criadores da ANL gaúcha. Além disso, o fato dos primeiros núcleos surgirem no interior (Santa Maria e Pelotas) não significa que isso se deve a

---

<sup>66</sup> Ver *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/05/1935, p. 7.

<sup>67</sup> Ver *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11/06/1935, p. 16.

<sup>68</sup> Cf. BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário* (memórias). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 237.



atuação única dos dois capitães do Exército, até porque, é na capital que o movimento contava com maior número de aderentes e a maior quantidade de núcleos, sejam profissionais, de estudantes ou por bairros.

Um dos fatores que também influenciaram a ANL no Rio Grande do Sul, além dos já citados, é o combate que se fez à Lei de Segurança Nacional (LSN), principalmente pelos setores militares. A defesa da não aplicação da Lei nº 38 pelo Governo getulista e pelo governo de Flores da Cunha, acirrava os ânimos da oposição.

Em Santa Maria, apesar de ser a primeira cidade a organizar um núcleo aliancista no Rio Grande do Sul, o DMP só se instalará oficialmente em 7 de julho com a presença de Paulo de Paula, representando o DEP.<sup>69</sup>

Os convidados para o lançamento oficial são membros do DEP: Dyonélio Machado, Apparício Córa de Almeida, João Antônio Mesplé e Moésias Rolim,<sup>70</sup> mas não comparecem ao evento. Devido às características sócio-econômicas de Santa Maria, uma cidade terciária, seu diretório reflete essa realidade, trazendo para o movimento aqueles que se encontram “à margem dos partidos políticos existentes”, segundo publicação no jornal local *A Razão*, em 24 de maio.<sup>71</sup> Além disso, Santa Maria era uma cidade onde os confrontos entre integralistas e comunistas se davam de forma bem violenta, uma situação propícia para o surgimento da ANL.

O núcleo estadual da ANL foi lançado em 5 de julho de 1935, no Teatro São Pedro, no centro de Porto Alegre. O teatro superlotou e uma grande multidão compareceu à Praça da Matriz. Hélio Silva considera que a instalação da ANL, no Rio Grande do Sul, “é uma das maiores manifestações populares já ocorridas na capital gaúcha”.<sup>72</sup> Agildo Barata também opina que o ato de instalação da ANL no Rio Grande do Sul é uma das maiores manifestações de massa ocorridas, até então, em Porto Alegre (1978: 242-3).<sup>73</sup> A sessão inicia tendo à mesa personalidades como Dyonélio Machado, Apparício Córa de Almeida, Mariano Belchior, Severino Ronque, João Antonio Mesplé,

---

<sup>69</sup> Ver *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/07/1935, p. 9. Santa Maria teve a seguinte composição no núcleo local da ANL: Presidente - Candido Souza (comerciário); Vice-Presidente - Dante Pogetti (professor); Secretário-geral - Fernando de O. (advogado); 1º Secretário - Democrata Soares (bancário); Tesoureiro - Luiz Pereira de Almeida (alfaiate); Delegados de Publicidade - Henrique Batista (comerciante), Olivério Lopes Diniz (engenheiro) e Lucas Fortes dos Santos (operário).

<sup>70</sup> Cf. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20/06/1935, p. 5.

<sup>71</sup> Sobre isso ver DUARTE, Ruy Alberto. *Considerações sobre a ANL no Rio Grande do Sul (1935)*. Uma contribuição à História do Brasil. Monografia de conclusão de Bacharelado em História, Porto Alegre: UFRGS, 1978, p. 10.

<sup>72</sup> Ver SILVA, Hélio. *A lei e a revolta: 1934-1936*. História da República Brasileira, v. 9. São Paulo: Ed. Três, 1975, p. 124-5.

<sup>73</sup> Op. cit., p. 242-3.

Lucio Soares Neto, J. Parise Iglesias, Carlos Brenner, Raul Ryff e Maura de Sena Pereira.<sup>74</sup>

Após a abertura da sessão pelo presidente do DEP, afirmando que a data marca “o início da luta antiimperialista”, ocorrem vários discursos, mas apenas dos oradores previamente inscritos e com os temas já decididos anteriormente. Antes disso, Raul Ryff lê telegramas de Uruguaiana, Santa Maria e Passo Fundo.<sup>75</sup>

Se a instalação da Aliança é um dos momentos de maior manifestação popular já vistos em Porto Alegre, até aquele momento, a presença do aparato policial, proporcionalmente, não é menor, demonstrando a preocupação do Governo Estadual com o crescimento do movimento aliancista. Além do enorme contingente militar, guarda civil e um piquete da Brigada Militar, com a polícia dentro e fora do Teatro São Pedro, o Chefe da Polícia do Rio Grande do Sul comparece pessoalmente ao local, além de vários delegados de Porto Alegre, responsáveis pela ordem social e política, tais como Argemiro Cidade, Amantino Fagundes, Josino Brasil, Carlos Machado e Plínio Milano, além do capitão Armando Ferreira e o comandante da Guarda Civil Walfrido Gomes. Afora todo esse controle, proibiu-se qualquer circulação de veículos nas imediações do Teatro São Pedro.

As medidas tomadas pela polícia, em Porto Alegre, também ocorrem no interior do estado, ou seja, o Governo proíbe qualquer manifestação, comício em praças ou passeatas pelas ruas. A mesma ordem estende-se a lugares fechados.

Raul Ryff leu telegramas, na sessão em Porto Alegre, relatando toda a ação proibitiva do Governo no interior do estado. Em Santa Maria, os membros do grupo foram chamados à delegacia para prestarem esclarecimentos, mas são fichados como “criminosos relapsos”.<sup>76</sup>

O dia 5 de julho tinha outro significado para a elite gaúcha: o temor pelo crescimento aliancista no Rio Grande do Sul, que se transformava, a exemplo do centro do país, em forte movimento popular. A ação policial foi reflexo dessa preocupação.

No Rio de Janeiro, o Manifesto de 5 de julho estimulou as classes dominantes a pressionarem ainda mais o Governo Vargas no fechamento da ANL. Mesmo que o DEP continuasse, após o lançamento oficial, na organização dos núcleos, chegando, a

---

<sup>74</sup> Cf. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06/07/1935, p. 12.

<sup>75</sup> Ver *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06/07/1935, p. 12 e *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/07/1935, p. 5.

<sup>76</sup> Ver *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/07/1935, p. 5.

preparar e anunciar um novo comício para comemorar o 14 de julho,<sup>77</sup> a situação política mostrava que as elites fariam de tudo para impedir o avanço da ANL também no Rio Grande do Sul, colocando a organização como “subversiva” ou “extremista”. Dessa forma, surgiu a justificativa para o fechamento da Aliança, justificada em artigos da LSN.

No estado, as ordens de fechamento foram recebidas Por Flores da Cunha, através de um telegrama circular do Ministro da Justiça, Vicente Ráo.<sup>78</sup> O decreto nº 229 foi encaminhado, então, para Poty Medeiros por meio de telegrama. Após, o chefe de polícia do Rio Grande do Sul, determinou o fechamento dos DMPs e dos núcleos existentes em Porto Alegre, além do DEP, pelo prazo de seis meses.

Com o decreto de fechamento, a Constituição Federal é rasgada no que se refere a garantia das liberdades de organização popular. A Constituição do Rio Grande do Sul, com menos de um mês de vigência, também foi ignorada pelo Governo Estadual. Fecharam-se as sedes e os núcleos com intensa participação policial, mas com pouca reação popular.

Em Porto Alegre, o delegado Argemiro Cidade, responsável pela Ordem Social e Política, após o recebimento do ofício de Poty Medeiros, através de uma caravana policial composta de automóveis e caminhões, comanda o fechamento do DEP e dos núcleos de Mont’ Serrat, 3º e 4º Distritos e Azenha, auxiliado pelo Comandante da Guarda Civil Walfrido Gomes, além de investigadores e dezenas de guardas.<sup>79</sup>

No interior, o fechamento ocorreu sem maiores incidentes, pois o fator surpresa determina a ação policial. A repressão da polícia também foi intensa, ficando “de prontidão para qualquer emergência e aparelhada para sufocar qualquer tentativa de desordem” como anunciou Poty Medeiros.<sup>80</sup> Em Santa Maria, o delegado de polícia, Cap. Adelardo Soares de Freitas, mandou fechar a sede da Liga Sindical Santamariense onde funcionava a sede provisória da Aliança.

Com a ilegalidade da ANL, chamadas para a greve foram frustradas, enquanto que o PCB ampliava a sua hegemonia na Aliança, iniciando a preparar a insurreição nacional-libertadora.

---

<sup>77</sup> Cf. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13/07/1935, p. 5 e *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/07/1935, p. 5.

<sup>78</sup> Ver *A Federação*, Porto Alegre, 13/07/1935, p. 2; *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 13/07/1935, p.1; *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/07/1935, p.1 e *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/07/1935, p.12.

<sup>79</sup> Ver *A Federação*, Porto Alegre, 15/07/1935, p. 2.

<sup>80</sup> Ver *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/07/1935, p. 1.

No Rio Grande do Sul, o levante de novembro de 1935 não passou do papel, sobretudo através das articulações via correspondência de Luiz Carlos Prestes endereçadas ao Major Carlos Costa Leite, integrante da ANL e militante do PCB.

Com as derrotas de Natal, Recife e Rio de Janeiro, o comunismo, considerado como inimigo público número um, passou a ter desde 26 de janeiro, um efetivo organismo de combate, aliado das práticas policiais que vigoravam até então.

Nos dias 26 e 27, o governo de Flores da Cunha recebeu telegramas de Adalberto Correia, presidente da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, anunciando as “Novas instruções baixadas pelo governo federal para a CNRC”, decretadas em 18 de janeiro.<sup>81</sup>

A questão operária voltava a dar preocupação aos governantes logo no início de 1936. Em Santa Maria, a greve iniciada pelos ferroviários do Km 3 fez mobilizar as forças do governo e da polícia estadual.<sup>82</sup> Carlos Pantoja, diretor geral da Viação Férrea, se dirigiu para a cidade, expressando logo na chegada que os motivos do movimento não serviam de “justificativa para uma atitude extrema, como a que tomaram”. Para ele, mesmo que a greve estivesse circunscrita “a um numero reduzido de grevistas”, e que o movimento fora iniciado por manifestantes que não sabiam mesmo o que queriam e os que aderiram à greve haviam sido impulsionados pelos que não tinham “motivo para medida dessa natureza”, a Viação Férrea, bem como o governo do estado, estavam “aparelhados para garantir a continuação dos serviços ferroviários”. Disse ainda que estava sendo instaurado inquérito para “apurar as

---

<sup>81</sup>. “Repressão ao comunismo”. *A Federação*, Porto Alegre, 28/01/1936, p. 1, MCSJHC/RS. Ver tb. essas instruções em recorte de *O Jornal*, edição de 25 de janeiro, no Fundo Polícias Políticas, Setor Administração, Pasta 14 – CNRC – 1936, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Há uma cópia das instruções no Arquivo Getúlio Vargas, GV 35.12.03/3, doc. XXI-21, Rolo 4, CPDOC/FGV.

<sup>82</sup>. A greve dos ferroviários de 1936, iniciada em Santa Maria, mesmo que de caráter essencialmente economicista, na verdade, representou o primeiro grande questionamento da política social do governo pós-1930. Com esse movimento, boa parte da categoria, de certa forma rompeu com um processo de atuação conjunta com a diretoria da Viação Férrea, de sistemático apoio político aos governos nacional e estadual, após o Movimento de 1930. Esse apoio havia sido conquistado conjuntamente com a deflagração do Movimento, através da liderança e da influência junto aos ferroviários de Manoel Ribas. Convidado por Vargas, em 1931, para assumir a interventoria do Paraná, se tornou um dos principais aliados políticos de Getúlio, permanecendo no governo do estado sulino até 1945. O apoio ao governo Vargas na Viação Férrea e na Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea, que foi dirigida por Manoel Ribas, pode ser vista nos Relatórios dos Exercícios da Cooperativa de 1930 e 1931, em RODRIGUES, Luiz Carlos. *Santa Maria nos trilhos da modernidade: uma experiência ferroviária (1885-1931)*. Dissertação de Mestrado, Santa Maria: MILA/UFSM, 2003, p. 112-3.

responsabilidades dos acontecimentos e suas causas reais”, atribuindo a greve ao “trabalho de elementos estranhos ao pessoal ferroviário”.<sup>83</sup>

Na verdade, a categoria havia sido informada que no ano de 1935, a Viação Férrea havia tido um saldo superior a dez mil contos de réis de lucros. Como cerca de dois anos antes a diretoria da empresa prometera dividir anualmente entre os funcionários uma parte dos seus lucros líquidos e com a demora da distribuição da gratificação, uma comissão procurou Celso Pantoja, no início de fevereiro, colocando a ele as suas reivindicações. Pantoja havia prometido levar o anseio da categoria para Flores da Cunha.

No dia 8, Ademar Moreira, inspetor de Tráfego da Viação Férrea da cidade de Santa Maria, principal entroncamento rodoviário do Rio Grande do Sul, recebeu, como outros chefes de serviços, um telegrama circular de Pantoja, comunicando ter sido suspensa a gratificação equivalente ao ano anterior. No mesmo dia, um operário da seção de carpintaria das oficinas do Km 3, ao sair do trabalho e ver a circular em um quadro que estava na parede externa, arrancou o quadro atirando-o no chão e quebrando o vidro. Na tarde de sábado, o dia seguinte, o coronel Aníbal Barão, delegado de polícia de Santa Maria, ao receber a notícia de que alguns operários daquela oficina tinham se declarado em greve, se dirigiu para o local acompanhado de três auxiliares e do coronel Aníbal Quites, comandante do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, a quem solicitara reforço para guarnecer os departamentos da Viação Férrea. Um destacamento de vinte soldados passou a guardar as oficinas do Km 3, enquanto outras patrulhas foram guarnecer a estação local, as oficinas de Santa Maria e o depósito de carros, além da linha da Fronteira no Km 2, uma ponte situada na linha da Serra na Parada Ferreira e outros lugares.<sup>84</sup>

Na madrugada de domingo, dia 10, com a greve circunscrita a poucos operários que haviam abandonado o trabalho nas oficinas do Km 3, começaram a circular notícias de que os grevistas estavam sendo presos e remetidos para Porto Alegre, o que gerou maior mobilização e contrariedade no seio da categoria. Na manhã de segunda-feira,

---

<sup>83</sup>. A proclamação de Celso Pantoja, de 10 de fevereiro, que concita os operários a voltarem ao trabalho e chama os líderes grevistas de “um reduzido grupo de maus elementos”, pode ser vista no Arquivo Flores da Cunha, FC 35.06.22, junho 1935 a 1936 – Governador, doc. 15, CPDOC/FGV.

<sup>84</sup>. No dia 10, o delegado Aníbal Barão enviou fonograma, comunicando ao governo estadual que o coronel Cabral, comandante da Guarnição Militar da cidade havia lhe oferecido uma força de duzentos homens de infantaria e cavalaria para controlar a situação, além de que já haviam sido colocadas patrulhas e guarnição nos principais pontos da ferrovia, no sentido de manter a ordem pública. Ver Arquivo Flores da Cunha, FC 35.06.22, junho 1935 a 1936 – Governador, doc. 16, CPDOC/FGV.

centenas de operários das diversas seções não compareceram ao trabalho, aderindo à greve “por acharem justos os motivos da mesma e ainda em protesto contra a prisão de seus colegas”. A guarnição de Santa Maria, comandada pelo coronel Cabral Velho recebeu instruções para que “a força federal colaborasse no serviço de vigilância aos diversos pontos ferroviários, como medida acauteladora da ordem”. A partir daí mandou forças da guarnição local, do 7º Regimento de Infantaria e do 5º Regimento de Artilharia Montada, controlar a estação férrea e os diversos pontos da linha, juntamente com a Brigada Militar.

A greve se alastrou para os escritórios centrais e para a estação da Viação Férrea em Porto Alegre, generalizando-se depois para todos os escritórios das várias divisões da companhia. Desde que iniciou o movimento grevista dos ferroviários, o chefe de polícia Poty Medeiros, tomou diversas providências e enviou comunicado aos delegados do interior do estado, instruindo a redobrar as atividades nos pontos onde se reuniam os ferroviários e requisitar o auxílio da Brigada Militar.<sup>85</sup>

O governo estadual, através da secretaria do palácio, lançou nota oficial à imprensa, em que condenava o movimento, com o seguinte conteúdo:

O ponto de vista, em que se coloca o governo, em relação aos acontecimentos verificados na Viação Férrea, é o de que aos funcionários públicos não assiste o direito de greve. Parte integrante que são da administração do Estado considera inadmissível subversão da ordem política o pleitearem eles, por modalidades coercitivas, quaisquer reivindicações ou regalias a que por ventura se julguem no direito. Admitir o contrário equivaleria ao absurdo de considerar legítima uma luta de determinados elementos constitutivos do Estado contra o próprio Estado.

Diante dessa “preliminar de ordem doutrinária e administrativa”, Flores da Cunha dirigiu-se a Santa Maria em 13 de fevereiro, declarando à comissão grevista que o procurou que “estaria disposto a examinar a situação com um amplo espírito de justiça desde que todos retornassem ao trabalho”, prometendo que enviaria a Comissão Permanente da Assembleia uma mensagem “solicitando autorização para conceder aos

---

<sup>85</sup>. A greve dos ferroviários de 1935 assustou a polícia e fez parte do conteúdo da mensagem do governo do estado para a Assembleia Legislativa em 1937, situada na parte policial. Nela, ao tratar da ordem pública no Rio Grande do Sul de 1936, apareceu a seguinte referência sobre o movimento: “(...) A greve dos ferroviários, de caráter pacífico, teve pronta e acertada solução, como ainda sucessos isolados em Alegrete, Antônio Prado e Santiago do Boqueirão”. Cf. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa pelo Dr. Darci Azambuja, Secretário dos Negócios do Interior no exercício do cargo de governador do estado, em 01 de julho de 1936*, p. 26, AHRGS.

ferroviários 50% das gratificações correspondentes ao ano de 1935, ficando os outros 50% dependentes da resolução do Legislativo estadual na sua próxima sessão ordinária”.

No mesmo dia, uma grande assembleia dos ferroviários estaduais, ocorrida em Santa Maria, deliberou sobre as promessas apresentadas, dando um voto de confiança ao governo, decidindo pelo retorno ao trabalho no dia 14 de fevereiro.<sup>86</sup>

Em Pelotas, cujos ferroviários só aderiram ao movimento no dia 12, grevistas locais decidiram ficar parados. Justificaram a sua atitude por não terem recebido nenhuma comunicação do comitê de Santa Maria. No dia 14, o maquinista Manoel Vieira, em um trem de passageiros vindo de Rio Grande, recusou prosseguir viagem à Bagé, dizendo que fora enganado na cidade portuária, solidarizando-se com os ferroviários pelotenses, logo após a chegada na estação central de Pelotas. Após a comunicação do fato à delegacia de polícia, compareceu a estação o subdelegado em exercício César Brisolará, que teve “um entendimento com o maquinista”, o qual resolveu seguir com o trem até Bagé. Entretanto, no momento em que subia na locomotiva, um grupo de populares gritou: “Não vai, não vai”. A manifestação fez com que o maquinista abandonasse a locomotiva. Após, os grevistas articularam com o líder do movimento em Pelotas, o primeiro maquinista Gentil Campello, resolvendo continuar em greve, até aviso do comitê de Santa Maria.

As autoridades policiais do município se comunicaram com o subchefe de polícia de Rio Grande, o qual ordenou a prisão dos líderes do movimento, sendo detidos Gentil Campello e Manoel Vieira. Com a manutenção da greve em Pelotas, foi enviado para a cidade - em caráter urgente e por avião da Varig - o delegado Argemiro Cidade, da Seção de Ordem Política e Social, quando o telegrafista da estação de Bagé, comunicou, sob palavra de honra, a decisão do término da greve na assembleia de Santa Maria, terminando o movimento no sul do estado.<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup>. Consultado sobre o numero de trabalhadores que aderiram ao movimento num primeiro momento, o diretor geral declarou que nas Oficinas Grandes, onde os operários eram em numero aproximado de 500, cerca de 250 estavam trabalhando. No dia 11, três dias depois de iniciada a paralisação, segundo informações do jornal de Santa Maria *A Razão*, o movimento já contava, na cidade, com a participação em torno de mil grevistas, enquanto que em todo o estado já estavam paralisados mais de dez mil, conforme informava o *Correio do Povo*. A sede da Associação dos Ferroviários Rio-grandenses, que passou a ser o ponto de reunião dos grevistas no estado, situava-se em Porto Alegre, na rua da Conceição nº 355. Ver “O movimento grevista em Santa Maria generalizou-se ontem”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/02/1936, p. 11, MCSJHC/RS.

<sup>87</sup>. “Um incidente em Pelotas”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/02/1936, p. 5, MCSJHC/RS.

#### 4. A Repressão Vira Regime de Exceção: o Golpe do Estado Novo

Em 12 de janeiro, *O Globo* anunciava em matéria de capa, através da denúncia de Alberto Pasqualini de que Flores da Cunha organizava conspiração contra o governo federal, pois estava em minoria na Assembleia Legislativa e perdia, inclusive, a confiança de parte dos seus deputados, o que lhe colocaria em situação política e administrativa precária. Diante disso e das posições cada vez mais federalistas de Flores da Cunha, Pasqualini pedia a renúncia do governador, a fim de “se restabelecer o equilíbrio e de se processar o reajustamento entre o Legislativo e o Executivo”. Devido aos provisórios, Pasqualini opinava pela renúncia, insinuando a conspiração contra Vargas e um possível enquadramento na LSN.<sup>88</sup>

O episódio dos corpos provisórios, na verdade, vinha expressando o fim da “pacificação política rio-grandense” entre as classes dominantes. A novidade, no início de 1937, foi que boa parte dos inimigos de Flores da Cunha em 1932, portanto também de Vargas, estavam naquele momento com este último.

Os corpos provisórios de Flores da Cunha eram explorados pelos opositores como uma tentativa do governador gaúcho se fortalecer militarmente. Porém, expressavam as decisões políticas que vinham sendo preparadas para a unidade política do Rio Grande do Sul com São Paulo, com vistas à sucessão presidencial, mais concretamente, a aliança entre o PRL de Flores da Cunha e o Partido Constitucionalista de Armando de Salles Oliveira, cada vez mais anunciada a partir do início de fevereiro.

Walter Jobim, líder do PL de Santa Maria, ao responder, por telegrama, um questionamento de Alberto Pasqualini sobre a existência ou não desses corpos no Rio Grande do Sul, declarou que negá-la seria “ridículo e igual a contestar a existência do Pão de Açúcar à face do povo carioca. Entretanto, Pedro negou Cristo três vezes”. O telegrama de Jobim e outros libertadores que o subscreveram expressavam o temor de uma ditadura, defendendo a escolha livre de um nome nacional em qualquer ponto do território que pudesse “salvar a democracia dos extremismos”. Assim, o telegrama elogiava a denúncia de Pasqualini sobre a existência dos corpos provisórios indicando a localização dos mesmos no território rio-grandense e os respectivos comandantes na região: em Santa Maria, comandante major Vicente Silva; em Santa Bárbara, coronel Vítor Dumoncel; em Palmeira, coronel Valzumiro Dutra; em Soledade, coronel Serafim

---

<sup>88</sup> . “Conspira o general Flores da Cunha”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/01/1937, p. 1, MCSHJC/RS.



Moura; em Erechim, major João Scherer. Por fim, para que fossem desmentidas as negativas de Flores da Cunha, pediu uma interpelação da Câmara ao governo federal, para que este confirmasse a vigília do Comando Militar da Região que devia estar acompanhando “todas as manobras caudilhescas”.<sup>89</sup>

Em 7 de fevereiro, diretamente de Santa Maria, depois de avisar o general Andrade e outros comandantes de unidades, o general P. Góes enviou carta ao ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, comunicando sobre a “vigília” e alertando que “no caso de uma perturbação séria da ordem no estado” e da qual não fosse “infenso o próprio governo estadual”,<sup>90</sup> a guarnição federal não poderia contar, naquele momento, com os transportes ferroviários e fluviais e quiçá os meios de transmissão. Por isso, propunha que a região “dispusesse de uma verba suplementar para motorizar algumas de suas unidades”, onde “350 contos já seriam bem empregados”. Dizia também, pelas informações recolhidas em Santa Maria, que não confiava muito que a atmosfera política se clareasse abertamente, ao ponto de deixá-los tranquilos, pois havia o “perigo bolchevique permanente”. Assim, via a necessidade de não se vacilar “nos preparativos militares”, pois haviam atingido “o limite da segurança para a ruptura”, devido às “debilidades e erros”, se impondo “acelerar esses preparativos”.

Seis dias depois, outra informação, pessoal e secreta, continuava a fornecer informações para Dutra, referindo-se a um fato incontestado e “insolúvel dentro das contingências políticas” daquele momento, possíveis de se avolumarem “até as mais imprevisíveis consequências para a integridade nacional”. Este fato, nas palavras de Góes, era o “armamentismo estadualista”, sem controle, clandestino ou não, o qual, em vista das últimas complicações políticas e das medidas de caráter militar do governo do estado” trazia para a tropa federal “uma situação de mal estar e de ameaça, com alternativas desagradáveis”, pois existia “uma figura estranha de paz armada”. A solução apontada então, era a procura de uma solução política que envolvia o governo

---

<sup>89</sup> . O telegrama teve a assinatura, além de Walter Jobim, dos seguintes santa-marienses: Hildebrando Marques Vianna, coronel Ernesto Marques, coronel Ramiro Oliveira, Nelson Loureiro, major Martin Cavalcanti, Antônio Alves dos Santos, Armando Borges, Pedro Sampaio, José Inácio Xavier, Antonio Loza, João Manoel Ataíde, Luiz Bollik, Edgar Pinto, Júlio Brenner, Coriolano Camboim, Genaro Krebs, Frederico Diefenteller, Ivori Coelho, José Luiz Menna Barreto, Frederico Niederauer, Leopoldo Rizel, Manoel Costa, João Oliveira Ilha. Cf. “A existência de forças irregulares no Rio Grande”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/01/1937, p. 1, MCSHJC/RS.

<sup>90</sup> . Derocina Campos afirma que desde os trabalhos da Constituinte, Góes Monteiro havia entrado em conflito com Flores da Cunha devido à questão da autonomia para o Exército e dos pedidos de aumentos dos soldos dos militares, contra a qual se posicionou a bancada do PRL, orientada pelo então interventor. O caso se agravou quando Góes Monteiro passou a nomear para a 3ª Região militares hostis ao governador gaúcho. Cf. *Flores da Cunha x Getúlio Vargas: da união ao rompimento*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, PUC-RS, 1995, p. 65-6.

do estado e as correntes divergentes, com “compromissos recíprocos para a solução dos problemas nacional e local, e garantias de ordem militar (desarmamento e dissolução das forças irregulares, controle das formações regulares e outras cláusulas acauteladoras dos interesses nacionais)”. Estava claro que a disposição era a intervenção militar no Rio Grande do Sul, expressas literalmente em torno de um ataque a Porto Alegre se o governo não se submetesse “às condições que lhe foram formuladas”.<sup>91</sup>

Quando passou em Bagé, no dia 14 de novembro de 1937, já em campanha eleitoral, o ex-governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, ouviu um discurso inflamado do operário Ângelo Plastina como seu candidato à sucessão presidencial. Plastina, que era de Dom Pedrito, ao elogiar o discurso que o ex-governador do São Paulo havia feito recentemente em Juiz de Fora em torno da “questão social”,<sup>92</sup> afirmou que o operariado de sua cidade, irmanado em jornada cívica com o PRL, o apoiava por ser a sua candidatura, entre os dois extremismos, o “fiel da balança da futura democracia brasileira”, a fim de que fosse garantida a reivindicação de “todos os direitos de que se possam ressentir todas as classes”.<sup>93</sup> Defendendo o sindicalismo livre, a autonomia dos sindicatos e a pluralidade sindical, o líder operário defendeu alterações no Ministério do Trabalho e nas inspetorias regionais, para que deixassem de ser “instrumentos de políticos nas mãos de inescrupulosos, confundindo direitos ou reivindicações proletárias com favores” e passassem a ser controlados pelos próprios trabalhadores. Assim, Platina apoiava o governador paulista como candidato para que

---

<sup>91</sup>. Ver a íntegra das cartas, sublinhadas conforme acima no original, no Arquivo Eurico Dutra, ED vp 1936.01.07, doc. II-20 e ED vp 1936.01.07, doc. II-23, CPDOC/FGV. Ver também o documento ED vp 1936.01.07 – II-22, do mesmo arquivo, no qual Góes desenvolve sobre os “provisórios” como formas acaudilhadas oriundas das mobilizações improvisadas desde 1923, situação que deveria ampliar as medidas preventivas do governo federal no estado até o mês de maio, criando pretextos que incluíssem a defesa do *impeachment* do governador pela Assembleia do Estado ou a intervenção por meios constitucionais como a decretação do desarmamento geral das forças não regulares e extinção das forças acaudilhadas. Góes não descartava a apoderação *manu militari* do governo do estado, com uma rápida concentração de forças muito poderosas em torno de Porto Alegre.

<sup>92</sup>. Ver a íntegra desse discurso em “A brilhante oração pronunciada pelo Sr. Armando de Salles Oliveira no imponente comício realizado ontem em Juiz de Fora”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15/11/1937, p. 8, Microfilme 0528, Coleção Jornais Brasileiros, AEL/UNICAMP.

<sup>93</sup>. O discurso de Plastina, que tanto incomodou os apoiadores de Vargas, na verdade, se fosse dito alguns anos antes, fora de uma conjuntura de candidaturas à Presidência da República, teria grandes possibilidade de apoio de forças getulistas. Pois, ainda como interventor de São Paulo, logo após a reforma do Departamento Estadual do Trabalho, e de firmar convênios com o governo federal para a execução das leis trabalhistas no estado, Armando de Salles afirmou em discurso em Campinas, referindo-se aos acordos: “É uma colaboração que se impõe, porque o interesse do país não pode ser separado da classe operária. Será uma colaboração fecunda, porque terá o apoio de todos os homens do trabalho, que fugindo às lutas de classe, se preocupam apenas com a defesa legítima de seus interesses”. Cf. o discurso em *Armando de Salles Oliveira*. São Paulo: IDORT, 1946, p. 24, AEL/UNICAMP. O conteúdo do discurso de Salles Oliveira em Juiz de Fora se encontra nesse mesmo discurso, quando abordou a política social na p. 45.

ele expurgasse da Constituição “todas as leis reacionárias”, para que todos os presos políticos tivessem “ampla e irrestrita anistia”, para que houvesse “liberdade de pensamento na palavra escrita ou falada” e para que fossem resolvidas de imediato tudo que dizia “respeito à questão social” em um país que os patriotas acreditavam no “Deus da justiça” e amavam a “pátria equitativa”, mas que também precisavam de “pão, terra, liberdade e trabalho para viver”.<sup>94</sup>

Entretanto, mesmo com o apoio declarado de Flores da Cunha e do PRL à candidatura de Armando de Salles Oliveira, com discursos vagos em nome da democracia, o governo estadual fazia sua parte no aumento da repressão, como querendo credenciar-se junto ao governo federal.

Em 21 de setembro, quando terminava a visita de Salles Oliveira ao Rio Grande do Sul<sup>95</sup> e de vários discursos em nome da democracia, o governador gaúcho enviou ofício à Assembleia Legislativa, apresentando incluso um projeto de lei que criava o Gabinete de Censura Teatral, Cinematográfica e demais Diversões Públicas, com a justificativa de sua necessidade para atribuir estas atividades às autoridades estaduais, anexando o serviço à Delegacia de Costumes da Chefatura de Polícia.<sup>96</sup>

Era uma espécie de senha regional para o aumento da repressão em nível nacional que viria com a intervenção federal no Rio Grande do Sul, resultando na

---

<sup>94</sup>. O discurso de Ângelo Plastina, elaborado em 07/09/1937 em Dom Pedrito, foi remetido anonimamente da cidade do líder operário para o interventor Daltro Filho em 02/11/1937, poucos dias antes do golpe do Estado Novo. O anônimo, ao pedir perdão pela “indiscrição”, dizia fazer aquilo sem “interesses mesquinhos, nem ódios pessoais”, mas sim com o intuito de ser útil a interventoria e se por às “gratas ordens” do novo governante. Cf. o discurso e o telegrama anônimo no Fundo Documentação dos Governantes, Série Correspondência Recebida, 1937, Maço 73A, AHRGS. Em setembro de 1937, o jornal *O Estado de São Paulo* passou a publicar a “Página trabalhista”, procurando vincular o nome de Armando de Salles Oliveira como o candidato dos trabalhadores e não dos empresários. Na “Página” sempre eram apresentadas frases de destaque que repetiam frases de seus discursos de campanha pelo país. Uma delas foi a oração conciliatória proferida pelo candidato no Teatro Municipal de São Paulo, em 25/01/1937, onde destacava: “O patrão deixou de considerar como principal função do Estado a posse tranquila de seus privilégios. E sabe que, sem concessões aos direitos dos trabalhadores, o poder econômico lhe escapará das mãos”. Em outra, no discurso proferido em Juiz de Fora, o tom era explicativo, tentando demover a ideia de que era o “candidato das elites”: “Espero ser ouvido e compreendido pelos operários. Nós nos entenderemos a despeito da propaganda subterrânea que procura radicar entre eles a convicção de que não vejo com bons olhos as leis sociais”. Cf. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01/10 e 17/09/1937 respectivamente, Microfilme 0529, Coleção Jornais Brasileiros, AEL/UNICAMP.

<sup>95</sup>. *O Estado de São Paulo* divulgou diariamente os discursos e fotos de comícios e as manifestações públicas de apoio ao candidato da UDB (que reuniam centenas de pessoas) em sua visita de mais de uma semana ao estado, onde passou por diversas cidades do interior (com destaque para Pelotas, Bagé, São Gabriel, Santa Maria e Caxias)

<sup>96</sup>. Ofício nº 3.116, de 21/09/1937. Cf. Mensagens do governo do estado 1935 [ofícios encadernados], BALERGS/SC. A censura às diversões públicas foram uma constante na década de 1930, gerando muitos debates, geralmente a favor, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul. Uma amostra sobre o tema e a legislação poder ser vista no Fundo/Coleção Censura da Biblioteca Nacional, correspondente ao período a partir de 1936.

renúncia de Flores da Cunha e na sua ida para o exílio no Uruguai, ante-sala do Golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Para a oposição liberal e conservadora a Vargas restaria novo tempo de exílio; para a recomposição da classe dominante nova etapa de hegemonia pela via da *harmonia social*; para a esquerda a repressão, as prisões e as mortes; para os trabalhadores nove anos de resistência por seus direitos, alargando sua experiência na construção da classe.